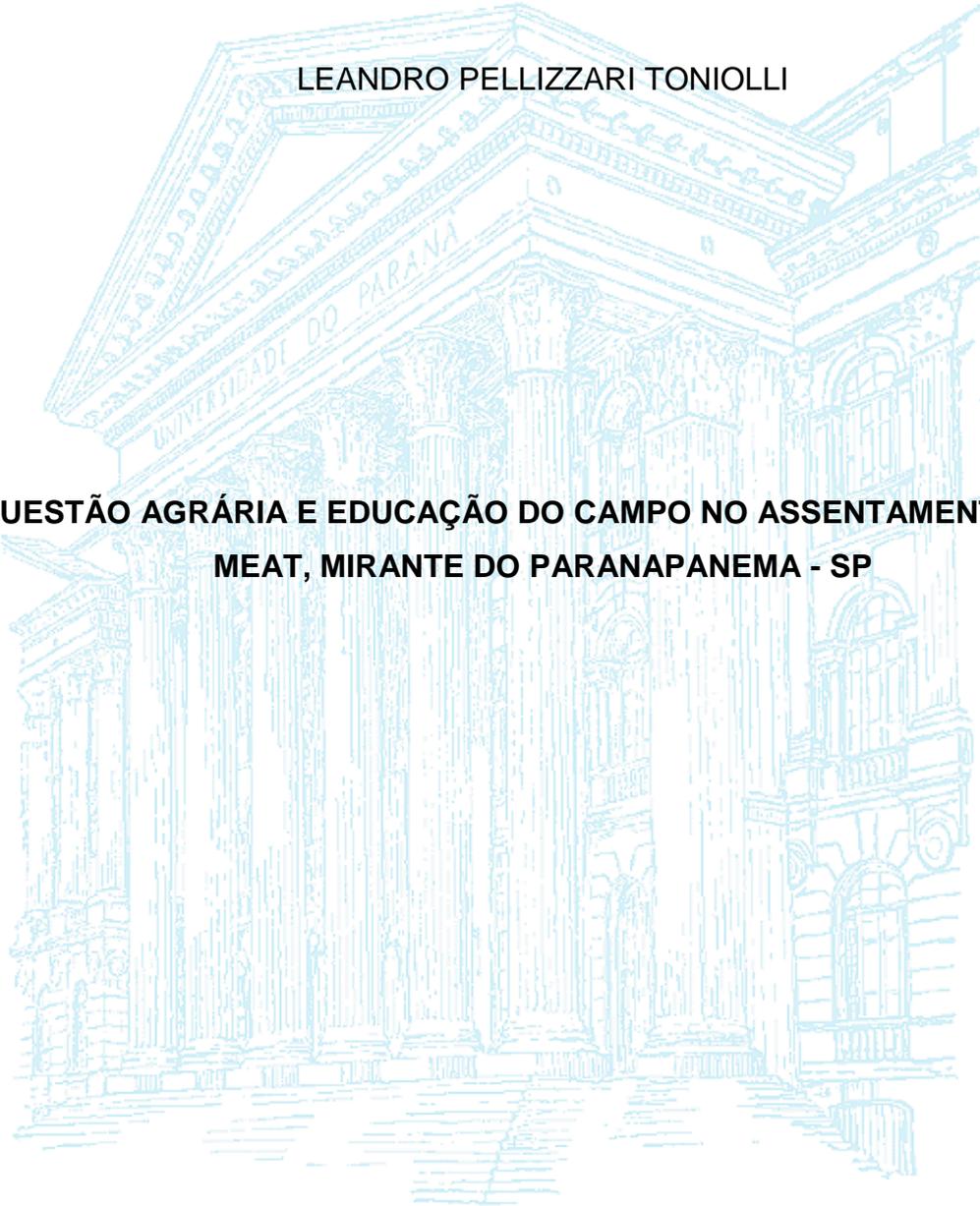


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

LEANDRO PELLIZZARI TONIOLLI

**QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO KING
MEAT, MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP**



LAPA
2018

LEANDRO PELLIZZARI TONIOLLI

**QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO KING
MEAT, MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo habilitação em Ciências da Natureza, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, turma Albert Einstein-Lapa-PR.

Orientador: Prof. Adalberto Penha de Paula.

LAPA
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

LEANDRO PELLIZZARI TONIOLLI

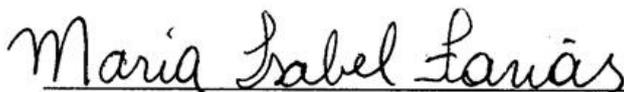
QUESTÃO AGRARIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO KING MEAT, MIRANTE DO PARANAPANEMA- SP

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada (o) em Educação do Campo habilitação em Ciências da Natureza.



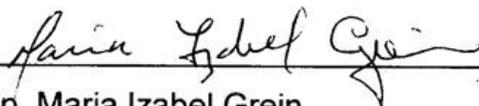
Prof. Me. Adalberto Penha, de Paula

Orientador – Câmara da Licenciatura em Educação do Campo
UFPR SETOR LITORAL



Prof. Ma. Maria Isabel Farias

Câmara da Licenciatura em Educação do Campo
UFPR SETOR LITORAL



Esp. Maria Izabel Grein

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Matinhos, 15 de outubro de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para toda a classe trabalhadora desse país, para todos os movimentos sociais organizados, em especial para o MST, que através de suas organizações me proporcionou a oportunidade de realizar um sonho e de toda a classe trabalhadora que é estudar e fazer uma graduação, um curso superior. Pois sabemos que desde o início o ato de estudar sempre foi negada para nós trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas.

Gostaria de dedicar este trabalho também para meus pais, minha mãe Marlene de Lourdes Pellizzari Toniolli e para meu pai Eloi Toniolli, que desde o início me deram forças para continuar estudando e me apoiaram não me deixando desistir nos momentos difíceis da vida, meu muito obrigado por tudo.

Aos meus irmãos, Aline Pellizzari Toniolli, Eliane Pellizzari Toniolli, Mauricio Pellizzari Toniolli, aos meus sobrinhos, Ana Beatriz Pellizzari Klaus e Vitor Hugo Pellizzari Klaus.

Dedico também a minha companheira Djneffer Fernanda da Silva Lima, que me apoiou desde o início, se tornando meu Amor, minha amiga e companheira de estudo.

Dedico ao MST, que me possibilitou essa oportunidade de estudo, juntamente com toda a equipe de trabalhadores e trabalhadoras da ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia), a escola do Amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças, sabedoria e saúde, para que conseguisse chegar até este momento muito especial e importante em minha vida, assim fortalecendo minha fé.

Meus agradecimentos aos meus pais, meus irmãos, meus sobrinhos e a minha companheira.

Aos meus amigos que ficaram eternamente em meu coração como o, Emerson, Vanderlan, Taise, Mateus, Josevânia, Maycon, Ellaine, Roseni, Clarice, Thiago e Renato que me apoiaram e fizeram momentos descontraídos nas etapas, e a todos e todas educandos (as) da turma Albert Einstein e para as crianças da nossa turma que marcaram nossos dias com momentos descontraídos e felizes.

Agradeço ao MST por ter feito a minha indicação no curso que deveria mudar a minha vida, por possibilitar minha militância, e por toda a luta social que travam por um mundo melhor. A todos e todas assentados e assentadas do assentamento King Meat, que me proporcionou a oportunidade de conhecer um pouco melhor desse lugar e de toda a região, meu muito obrigado.

Gostaria de agradecer a todos e todas da ELAA, que nesses quatro anos de curso tornaram nossos dias mais felizes, por nos trazerem muitos conhecimentos e aprendizados, por nos conduzir da melhor maneira possível nesta caminhada que algumas vezes foram doloridas, mas a grande maioria foi com muita alegria e sabedoria, os meus mais sinceros agradecimentos a todos e todas.

Agradeço também ao meu orientador Adalberto Penha de Paula, que me guiou nessa caminhada de escrita do TCC, e que nos momentos difíceis ele sempre me mostrava esperança e confiança em meus esforços e trabalho, assim chegando ao término do mesmo, minhas mais sincera gratidão por tudo, o senhor é um ótimo professor parabéns.

E por último mais não menos importante, agradeço a todo o coletivo de educadores e educadoras Maria Aragão da UFPR-Litoral, que juntos construíram um caminho muito bonito com a nossa turma e para toda a Educação do Campo do nosso país, meus parabéns pelo belo trabalho de vocês, muito obrigado.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo geral de pesquisa o Assentamento King Meat localizado no município de Mirante do Paranapanema-SP, considerando a própria realidade e a necessidade de se saber mais sobre os princípios da Educação do Campo e a Questão Agrária. A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental, onde discute os processos de lutas pela terra organizados pelo MST na região do Pontal do Paranapanema, os impactos socioterritoriais e a organicidade do assentamento e a Educação do Campo como uma das possibilidades para contribuir na organização do assentamento e no fortalecimento da luta pela terra. Apresentam-se os processos de lutas e constituição dos assentamentos do Pontal e como que os princípios da Educação do Campo influenciam no modo de vida dos assentados. Constata-se que a Educação do Campo e as escolas do campo na sua forma mais orgânica têm condições de colaborar no processo de luta pela terra e na constituição no modo de vida das famílias assentadas.

Palavras-chave: Questão Agrária. Educação do Campo. Luta pela terra.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo general de investigación el Asentamiento King Meat ubicado en el municipio de Mirante do Paranapanema-SP, considerando la propia realidad y la necesidad de saber más sobre los principios de la Educación del Campo y la Cuestión Agraria. La investigación es del tipo bibliográfica y documental, donde discute los procesos de luchas por la tierra organizados por el MST en la región del Pontal do Paranapanema, los impactos socioterritoriales y la organicidad del asentamiento y la Educación del Campo como una de las posibilidades para contribuir en la organización del asentamiento y en el fortalecimiento de la lucha por la tierra. Se presentan los procesos de lucha y constitución de los asentamientos del Pontal y como los principios de la Educación del Campo influyen en el modo de vida de los asentados. Se constata que la Educación del Campo y las escuelas del campo en su forma más orgánica, tiene condiciones de colaborar en el proceso de lucha por la tierra y en la constitución en el modo de vida de las familias asentadas.

Palabras clave: Cuestión Agraria. Educación del Campo. Lucha por la tierra.

LISTA DE SIGLAS

CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COCAMP	Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
ELAA	Escola Latino Americana de Agroecologia.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MEB	Movimento de Educação Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Aprendizagem
PPP	Projeto Político Pedagógico
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores.
UDR	União Democrática Ruralista
UFPR	Universidade Federal do Paraná
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE ABREVIATURAS

EdoC.	Educação do Campo
Hab.	Habitantes.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ASSASSINATOS, AMEAÇAS DE MORTE E TENTATIVAS DE ASSASSINATO DE CAMPONESES E TRABALHADORES RURAIS – 1986 – 2006.	22
FIGURA 2 - ASSASSINATOS 2003-2017.....	24
FIGURA 3 - PLANTA DA FAZENDA (GRILO) PIRAPÓ-SANTO ANASTÁCIO.....	27
FIGURA 4 - EXEMPLO DE DEVASTAÇÃO NO TERRITÓRIO DO PONTAL	29
FIGURA 5 - OCUPAÇÕES DE TERRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (1988-2013)	30
FIGURA 6 - GRÁFICO - BRASIL - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988 - 2016.....	31
FIGURA 7 - BRASIL – GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-2016, NÚMEROS DE OCUPAÇÕES	33
FIGURA 8 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP, 1991-2010	34
FIGURA 9 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS 1988-2013, NÚMERO DE OCUPAÇÕES.....	35
FIGURA 10 - MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERITÓRIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA COM DESTAQUE PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	37
FIGURA 12 – MAPA DA DELIMITAÇÃO DO ASSENTAMENTO KING MEAT - MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP.....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CONGRESSOS REALIZADOS PELO MST, E OS SEUS LEMAS.....	20
TABELA 2 - INSTÂNCIAS DO MST E SEUS OBJETIVOS	40

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE SÓCIOS DA COCAMP ENTRE OS MUNICÍPIOS ANO DE 2001.....	49
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. LUTA PELA TERRA E TERRITÓRIO	19
2.1 A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO MST.	19
2.2 LUTAS PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA	21
2.3 MIRATE DO PARANAPANEMA: ENTRE ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO.....	38
3. PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO O ASSENTAMENTO KING MEAT.....	45
3.1 ORGANIZAÇÃO E COOPERAÇÃO: FORMAS DE RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA.....	45
4. EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA E FORTALECIMENTO DA LUTA PELA TERRA.....	51
4.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

Filho de trabalhadores rurais, nasci no dia 19 de maio de 1994, no município de Maracajú no Estado do Mato Grosso de Sul. Em 1996, aos 2 anos de idade meus pais participaram de um processo de acampamento provisório, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pertencente ao município de Tapurah-MT. Durante este tempo os representantes do sindicato dos trabalhadores rurais e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) conseguiram através de conversas e negociações adquirir parte da propriedade da fazenda Arinos, para realização de um projeto de assentamento da reforma agrária.

Neste processo, meus pais participaram do acampamento para adquirir um lote na área destinada para reforma agrária, naquele momento já foi uma conquista. A tão esperada e desejada terra, enfim saiu. Neste processo, vejo que foi de suma importância para o meu desenvolvimento, embora fosse muito novo já conseguia compreender o processo da luta pela terra, que mais tarde se confirmou com a participação em um acampamento organizado pelo MST, onde acabei adquirindo uma linda experiência.

No ano de 1999, o então deputado José Riva do estado do Mato Grosso, através do projeto de lei nº 7.266/2000, conseguiu a emancipação do município de Itanhangá-MT do município de Tapurah-MT.

Em 19 de junho de 1999, reuniram-se no salão comunitário localizado no centro da Agrovila União da Vitória, os principais líderes da localidade com o objetivo de formar uma comissão provisória Pró-Emancipação do Projeto de Assentamento Itanhangá. Pronunciaram-se líderes das comunidades de Monte Alto, Simione, Cruzeiro e AnaTerra. A diretoria da Comissão contou com os seguintes nomes: Reinaldo Tirloni, Eliseu Oliveira, Josino Macedo da Luz, Osório Teixeira dos Passos, Onorino Tondelio, Leonir Casaril, Silvestre Kaminski, Erasmo Zufo e tantos outros. O ofício nº 057/00, assinado pelo Desembargador Orlando de Almeida Perri, presidente do TRE/MT, ao deputado José Riva, presidente da Assembleia Legislativa, comunicou a homologação do resultado da consulta plebiscitária realizada em Itanhangá no dia 19 de março de 2000, com resultado favorável. A denominação Itanhangá, foi avaliada pela comunidade e acatado por aclamação na terceira reunião para escolha da comissão Pró-Emancipação. PREFEITURA DE ITANHANGÁ-MT (2018, não paginado).

Assim então, o projeto de assentamento Itanhangá passaria a pertencer somente para o município de Itanhangá recém emancipado, município este com uma área de 2.898,1 Km².

Diante desse processo de emancipação do município e mais a constituição do Projeto de Assentamento, meus pais acabaram conquistando o lote número 1, o mesmo ficava aproximadamente a 50 km do município de Itanhangá-MT.

Minha história com a escola, tem seu início na Escola Municipal Cecília Meirelles, que ficava a aproximadamente a 42 km da minha casa. Para chegar a escola o ônibus escolar tinha como ponto de partida diariamente minha casa, onde percorria em média cerca de 100 km até chegar a escola, pois fazia diversas travessões¹ para pegar os estudantes, percorrendo em torno de 200 km durante o dia.

Para que fosse possível chegar às 7h00 da manhã na escola o ônibus saia às 4h20 da madrugada de minha casa, na qual era o ponto de partida e chegada, retornando às 14h30 da tarde, durante esse tempo, as crianças tinham como alimentação somente o lanche da escola fornecida às 09h30 da manhã no horário do “recreio”. Essa realidade levava a um grande índice de evasão escolar, e conseqüentemente muitos assentados acabaram vendendo seus lotes, indo morar na cidade ou até mesmo mudando de município para poder dar uma melhor condição de vida e estudo aos seus filhos.

Permaneci estudando nesta escola com todas dificuldades por 10 anos, neste meio tempo em 2002 nasceu minha irmã mais nova e em 2004 meu irmão. Algum tempo depois minha irmã mais velha, com apenas 16 anos de idade acabou-se casando indo morar junto com meu cunhado parando de estudar, onde conseguiu completar somente até o 9º ano do ensino fundamental II. Em agosto de 2011 meus pais resolvem vender o sitio e ir embora para o Estado do Paraná, atrás de uma melhor condição de vida, sempre procurando melhores lugares para que eu e meus irmãos pudéssemos estudar, pensando sempre em realizar algum curso superior.

Nessa transação, acabaram comprando o direito de outro sitio no Assentamento Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguaçu – PR, assentamento este, que foi uma conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)², sobre a fazenda Giacomet Marondin, hoje conhecida como Araupel S.A. Morando no assentamento começamos a estudar na Colégio Estadual

¹ Travessões são estradas paralelas da estrada principal, onde os ônibus têm que ir até o final dos travessões para pegar as crianças e voltar para a estrada principal.

² Para citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, será utilizado os termos MST e Movimento (com M maiúsculo).

do Campo Iraci Salete Strozak³, também localizado no assentamento. Estudando nesta escola conheci o MST e sua ideologia, pois a mesma tem ligação direta com o movimento social, sendo pensada em um viés ideológico da Pedagogia do Movimento Social - MST e a Educação do Campo (EdoC)⁴, a conquista dos direitos sociais, emancipação humana e entre outras lutas articuladas com uma sociedade justa e igualitária. Além de ser a escola sede de todas as escolas itinerantes⁵ do Estado do Paraná.

Com o passar do tempo na escola, a equipe pedagógica observaram o meu interesse em saber mais sobre o Movimento, Educação do Campo e a luta pela terra, então começaram a me inserir em algumas atividades da juventude Sem-Terra, onde participei da 1º Escola da Juventude Sem-Terra realizada no CEAGRO (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia) no município do Rio Bonito do Iguaçu – PR. A partir deste momento comecei a minha militância no MST, e com o passar do tempo fui se somando e me inserido nas atividades, nas mobilizações tornando-me cada vez mais orgânico dentro do Movimento.

Em maio de 2014, o MST juntamente com as organizações dos assentamentos da região, mobilizaram os filhos de assentados e outros interessados para realizarem uma ocupação⁶ na fazenda Araupel S.A em Rio Bonito do Iguaçu – PR. Já mobilizados, os militantes do Movimento realizaram o primeiro acampamento base ao lado da fazenda Araupel S.A no assentamento Ireño Alves.

³ O nome da escola é uma homenagem a uma professora militante do MST, residente na comunidade, que faleceu em um acidente de ônibus quando viajava de volta da cidade de Cascavel, onde havia realizado a matrícula do Curso Superior de Pedagogia. (HAMMEL; GUERRERO; VON ONÇAY, 2016, p. 20).

⁴ Usaremos a sigla EdoC, para abreviar Educação do Campo.

⁵ Escola itinerante é a denominação dada às escolas localizadas em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social que parte da reivindicação pelo acesso à terra, articulando-a ao projeto de transformação social. Denominam-se itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 331). Porém com a nova atualização de 2018 da secretaria de educação do estado do Paraná, o colégio Iraci, passou a ser a escola sede somente das escolas itinerantes do município, e as demais escolas itinerantes do estado passou a ser vinculada a uma escola sede do próprio município.

⁶ Segundo os juristas Fábio Comparato, Luiz Edson Facchin e Régis de Oliveira, existem profundas diferenças entre Invadir e Ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumpre sua função social – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação. (BI: Silva, José Gomes da, 1996, p. 114- 123, apud MORISSAWA, 2001, p. 132).

Onde ficaram concentrando as famílias que desejavam conquistar um pedaço de terra, ficaram reunida aproximadamente por dois meses, então decidiram realizar a ocupação na fazenda.

Após alguns dias acampados o Setor de Educação do acampamento, batizado de “Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio”, ficaram sabendo do curso de Licenciatura em Educação do Campo, ofertado pela Universidade Federal do Paraná, no Setor Litoral (UFPR) em parceria com a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Assentamento Contestado, localizada no município da Lapa – PR. O Setor de Educação do acampamento, juntamente com outros companheiros me indicaram para realizar o curso, conversaram comigo e decidi ir fazer a etapa preparatória para posteriormente prestar o vestibular.

A ELAA é uma escola de formação da classe trabalhadora, uma escola pautada nos princípios da emancipação humana, da agroecologia, da Escola Comuna onde visa a coletividade, o trabalho e a auto-organização.

A escola também oferece formação política aos militantes dos movimentos sociais ligados a La Via Campesina⁷ e entre outros movimentos sociais, sindicatos, associações do campo e da cidade, que pautam a luta por uma igualdade social e por uma emancipação humana.

Durante o caminhar do curso de permanencia eu era acampado, no acampamento “Herdeiros da Terra de 1º de Maio” , meus pais moravam no Assentamento Marcos Freire no município do Rio Bonito do Iguaçu- PR, nesse momento da minha vida tive a certeza que não tinha como eu concilia os fazeres e tarefas do Acampamento e os estudo, foi quando optei em continuar estudando e me afastar do Acampamento, voltando a condição de filho de assentado. isso decidi, no entanto, não deixei de ser militante do MST. Depois de um tempo, meus pais resolveram vender o direito do sitio novamente, indo embora para a cidade de Capanema – PR. Neste meio tempo conheço minha companheira, que também fazia o curso de Licenciatura em Educação do Campo, a qual morava no estado de São Paulo no município de Mirante do Paranapanema, na região do Pontal do Paranapanema, com isso acabei mudando-se para a casa dela no assentamento King Meat.

⁷ La Via Campesina, é uma organização internacional que unifica os movimentos sociais do campo e cidade de esquerda afim de construir a luta pelos direitos da classe trabalhadora.

Aos poucos fui conhecendo melhor o assentamento e aumentando a minha curiosidade em conhecer mais sobre sua história, sua organicidade, como é o modo de vida das pessoas, a produção, enfim, inquietações que me conduziram a questões que motivaram esta pesquisa: Quais seriam as perspectivas para a juventude daquele assentamento? Como os princípios da Educação do Campo poderiam contribuir para uma melhoria na qualidade de vida das famílias? E qual a função da escola neste processo?

Através dessas inquietações eu e minha companheira Djneffer Lima, desenvolvemos o Projeto de Aprendizagem (P.A), que contribuiu para compreender alguns processos, porém surgiram outras questões sobre o assentamento na sua totalidade, a partir desse momento que decidimos ter como ponto de partida para a realização do nosso trabalho de conclusão de curso (TCC).

Diante disso, o trabalho dialoga com autores que discutem sobre os temas: Educação do Campo (CALDART, 2012), Território (FERNANDES, 2001; 2012), Assentamentos Rurais (FERNANDES, 2001; 2012), Cooperativa Camponesa (RIBAS, 2001), Questão Agrária (MORISSAWA, 2001), (FERNANDES, 2001; 2012), (RAMALHO, 2001). Adotamos a abordagem de pesquisa do tipo qualitativa, primeiramente pensou-se utilizar de aplicação de questionários com os assentados do assentamento King Meat. Porém no percurso da pesquisa houve alterações metodológicas, assim, decidimos utilizar a forma de pesquisa bibliográfica e documental, bem como da observação participante realizando vivências no território pesquisado.

Este trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro “Luta pela Terra e Território”, traz a história da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com destaque nos processos de lutas pela terra e educação. Faz um resgate histórico do processo de colonização e grilagem de terras da região do Pontal do Paranapanema e conquista do Assentamento King Meat.

O segundo capítulo, “Processos de Organização O Assentamento King Meat”, faz uma análise de como que é a sua organicidade, como que está distribuída a sua produção agrícola, como foi o seu processo de luta, e como seria um “modelo” ideal de assentamento com as organizações dos assentados. Por fim, o terceiro capítulo, “Princípios da Educação do Campo, Como Forma de Resistencia e Fortalecimento da Luta Pela Terra”, vem discutir os princípios da Educação do

Campo, as possíveis contribuições da educação na organização da luta pela terra e as perspectivas para as famílias camponesa nos assentamentos rurais.

Nesse sentido, compreendemos os princípios da Educação do Campo como caminhos que podemos percorrer para alcançar nossa utopia. Portanto, ela é uma ferramenta muito útil, na qual com os movimentos sociais são fundamentais para conquistar o que se almeja, se colocando como processo fundamental na luta pela terra, na luta de classe e na formação política, humana e emancipadora.

Portanto, concluímos que a Educação do Campo e as escolas do campo na sua forma mais orgânica, tem condições de colaborar no processo de luta pela terra e na constituição no modo de vida das famílias assentadas.

2 LUTA PELA TERRA E TERRITÓRIO

O capítulo apresenta a história da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com destaque nos processos de lutas pela terra e educação. Faz um resgate histórico do processo de colonização e grilagem de terras da região do Pontal do Paranapanema e conquista do Assentamento King Meat.

2.1 A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO MST

O MST é um movimento formado por camponeses e camponesas organizado em todo país⁸, articulado com outros movimentos sociais com a pauta da luta pela terra, produção de alimentos saudáveis, igualdade social, saúde, educação, políticas públicas para agricultura e infraestrutura social, é um movimento de caráter socio territorial onde,

[...] reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012, p. 498)

O Movimento em sua constituição contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com posseiros, atingidos por barragens hoje conhecidos como (MAB), migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e Trabalhadores rurais Sem Terra. O Movimento foi fundado oficialmente no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocorreu entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel no Estado do Paraná, como um movimento de luta pela terra de abrangência nacional (FERNANDES, 2012).

Para se fortalecer nacionalmente foram realizados vários congressos nacionais, afim de organizar e avaliar os processos de luta pela terra, os Congressos Nacionais do MST são realizados de acordo com a conjuntura atual.

Diante disso, o MST veio realizando diversos Congressos Nacionais para afinar o seu processo de luta pela terra, afim de conseguir uma reforma agrária

⁸ Dicionário da Educação do Campo (2012), verbete Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, p.498

popular⁹, pela democracia e por igualdade social. Segue a tabela-1, que mostrará os lemas que iam permeando a luta pela terra firmada em cada congresso nacional.

TABELA 1 - CONGRESSOS REALIZADOS PELO MST, E OS SEUS LEMAS.¹⁰

Congressos	Local	Data/Ano	Lema/Tema
1º congresso	Curitiba - PR	29 a 31 de janeiro de 1985	“Ocupar é a Única Solução” e “Terra para quem nela trabalha”
2º congresso	Brasília – DF	8 a 10 de maio de 1990	“Ocupar, Resistir, produzir”
3º congresso	Brasília – DF	24 a 27 de julho de 1995	“Reforma Agrária, uma luta de todos”
4º congresso	Brasília – DF	10 a 14 de fevereiro de 2000	“Por um Brasil sem Latifúndio”
5º congresso ¹¹	Brasília – DF	11 a 15 de junho de 2007	“Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”
6º congresso	Brasília – DF	10ª 14 de fevereiro de 2014	“Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”

FONTE: MST (2018, não paginado).

Os congressos realizados serviram para fortalecer a luta pela terra e dar dinâmica as suas ações futuras. Eles serviram também para que pudessem avaliar o seu processo de luta. Nos congressos nacionais, são convidadas várias entidades, movimentos sociais, apoiadores para realizar e analisar a atual conjuntura política, para assim, planejar linhas de atuações futuras.

[...] O congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Demos uma nova característica da luta pela terra. Saímos de lá convictos de que tínhamos que partir para as ocupações, e construímos o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Em maio do mesmo ano, em menos de três dias mobilizamos mais de 2500 famílias em Santa Catarina, em 12 ocupações. Em outubro, o Rio Grande do Sul ocupou a Fazenda Anoni. Todos os estados começaram a fazer ocupações. (MST, 2018, não paginado).

⁹ Reforma Agrária Popular deverá organizar agroindústrias cooperativas, mudar a matriz tecnológica de produção para a agroecologia, democratizar o acesso à educação em todos os níveis e priorizar a produção de alimentos saudáveis. (FERNANDES, 2012, p. 501).

¹⁰ As informações ilustradas nesta tabela, tem como fonte o site oficial do MST. Disponível em <<http://www.mst.org.br/#>>. Acessado em: 10 Set. 2018, não paginado.

¹¹ Entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, mais de 17.500 delegados e delegadas, vindos de todas as regiões do Brasil, participaram do 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, se tornando histórico por ter sido o maior congresso camponês da América Latina até então. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/05-14>>. Acessado em: 10 Set. 2018, não paginado.

Posteriormente já mobilizados e organizados começaram a expandir seu processo de luta pela terra por quase todo território nacional, chegando até a região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo.

Assim como os demais Estados, em São Paulo também se concentra grandes quantidades de terras griladas¹² por fazendeiros, onde muitas das vezes acabavam usando força bruta.

A região do Pontal é uma das que mais se concentrava áreas griladas do estado de São Paulo e do país, somando mais de 1 milhão de hectares (MORISSAWA, 2001, p. 134), terras essas que eram devolutas, ou seja, pertencentes ao Estado. Todavia, com essas grandes quantidades de terras griladas, concentra-se também uma grande quantidade de assassinatos em conflitos agrários. (MORISSAWA, 2001, p. 134).

2.2 LUTAS PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

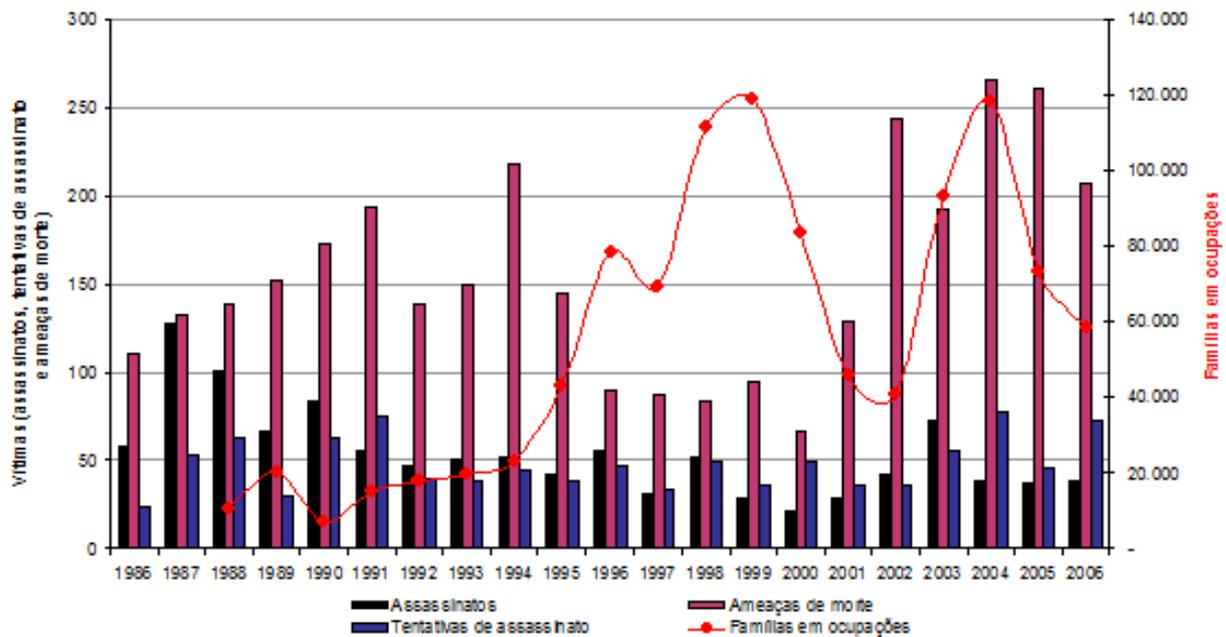
Diante deste contexto de formação do MST, já no ano de 1983 cerca de 350 famílias realizaram ocupações nas fazendas Tucano e Rosanela, localizado no município de Teodoro Sampaio-SP, onde contaram com o apoio de alguns religiosos e parlamentares, (MORISSAWA, 2001, p. 134) . Entretanto, houveram despejos, onde as famílias tiveram que cumprir uma ordem de reintegração de posse, porém continuaram acampadas nas margens da rodovia. Como havia uma grande perspectiva para a desapropriação das fazendas, muitas outras pessoas se somaram no processo de acampamento na luta pela terra neste território (MORISSAWA, 2001, p. 134).

Segundo Morissawa (2001), logo no início do ano seguinte, o governo fez as primeiras desapropriações que somaram 15 mil hectares, assentando 460 famílias. Neste cenário de conquista da terra, os grileiros e latifundiários se organizaram criando a UDR local (União Democrática Ruralista), criada em 1985, a fim de combater os programas de reforma agrária, batendo diretamente aos movimentos

¹² Grilagem é um processo de falsificação de documentos das propriedades fundiárias. O termo nasceu do dito popular e foi descrito por pesquisadores e escritores. Segundo a explicação de Monteiro Lobato, é a técnica de se envelhecer papéis usando grilos: os papéis são colocados em gavetas com centenas de grilos, estas são trancadas e assim que os insetos morrem, apodrecem soltam toxinas que mancham os papéis, dando-lhes, assim, o aspecto de velho. (RAMALHO, não datado, Apud Fernandes, 1996, p. 103).

sociais em suas ocupações de terras e com o intuito de defender os grandes latifundiários e as propriedades privadas. Com a criação da UDR acabou-se intensificando os conflitos agrários no Brasil e na região do Pontal do Paranapanema (figura1).

FIGURA 1 - ASSASSINATOS, AMEAÇAS DE MORTE E TENTATIVAS DE ASSASSINATO DE CAMPONESES E TRABALHADORES RURAIS – 1986 – 2006.



Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Paulon Girardi

FONTE: GIRARDI, P. Eduardo. A Violência no Campo (2006).

Os conflitos no campo cresceram consideravelmente logo após a criação da UDR, na qual batia de frente com as ocupações de terras. O gráfico acima nos mostra que entre os anos de 1986 a 1994 houveram significativos assassinatos no campo em conflitos por terra, entretanto, não somente assassinatos mais também ameaças de morte e tentativas de assassinatos. O gráfico nos mostra também que com o risco iminente de assassinatos e tentativas quase não se concentrava famílias nas ocupações de terras.

Somente nos anos seguintes de 1995 a 2000, onde diminuiu as ameaças de morte que começaram a se concentrar mais famílias nas ocupações, afim de fortalecer o processo da luta pela terra. Entretanto, no mesmo período ocorreu dois casos de assassinatos que marcou o processo da luta pela terra no Brasil, o primeiro no ano de 1995, e o segundo em 1996. No ano de 1995, no estado de Rondônia,

cerca de 514 famílias do MST lideradas pelo sindicatos dos trabalhadores rurais do Corumbiara, realizaram uma ocupação na fazenda Santa Elina, logo em seguida um juiz pediu uma ordem de despejo, na qual policiais militares entraram em confrontos com os militantes do Movimento, resultando na morte de nove (9) sem terras, incluindo uma menina de sete(7) anos de idade e dois (2) policiais militares, este caso ficou conhecido como “massacre de Corumbiara”. (MST, 2018).

Segundo o MST (2018) já no ano seguinte em 1996, cerca de 3.500 famílias montaram um acampamento nas margens da rodovia PA-275, próximo a fazenda Macaxiera no estado do Pará, onde os militantes do MST reivindicavam as terras da fazenda, alegando que as mesmas eram improdutivas. Nesse processo, houve inúmeras negociações com o governo do estado, com o INCRA, com a proprietária da fazenda mais os representantes do Movimento, porém não chegaram a uma solução. No dia 17 de abril do mesmo ano, os (as) trabalhadores (as) rurais resolveram trancar a rodovia, na tentativa de fomentar novamente uma negociação da fazenda para a construção de assentamentos da reforma agrária, porém esse ato resultou em um dos maiores massacres registrados até então promovidos por policiais,

Por volta das 16 horas do dia 17 de abril, os trabalhadores rurais foram literalmente cercados: policiais do quartel de Parauapebas se posicionaram a oeste, enquanto o leste foi cercado por policiais do batalhão de Marabá. Ao todo, 155 policiais participavam da ação, que chegaram lançando bombas de gás lacrimogêneo. Os soldados não tinham identificação no uniforme e suas armas e munições não foram anotadas nas fichas que comprovam quem estava no local. (MST, 2018, não paginado).

Não podia terminar diferente, essa grande mobilização da polícia para combater as manifestações dos (as) trabalhadores (as) que lutavam por sua causa e por seus direitos, esse enfrentamento culminou em um dos maiores massacres na luta pela terra,

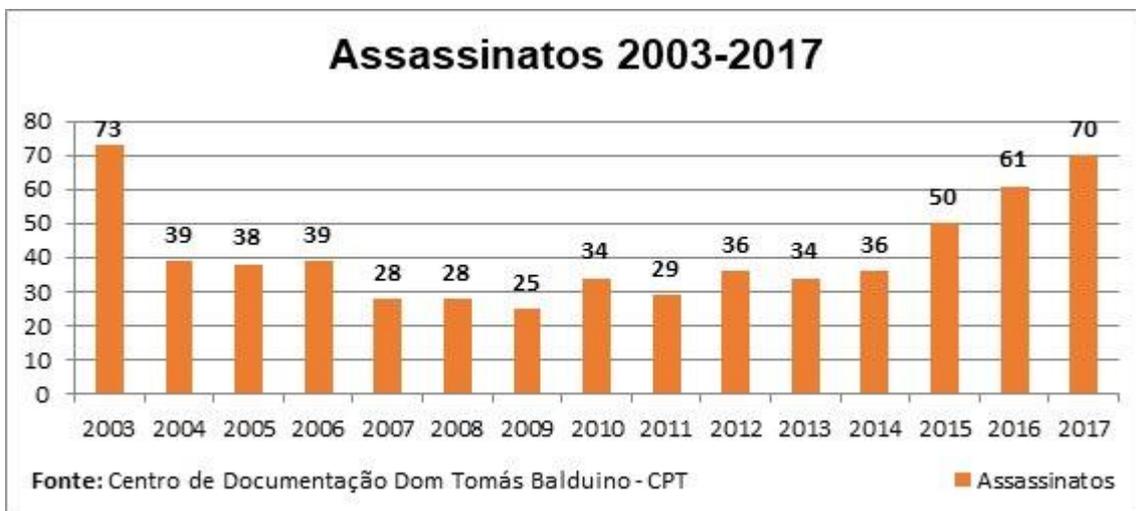
O resultado, entretanto, foi bem preciso: na hora, morreram 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. Outros dois morreram dias depois. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas. Ficaram nos corpos dos mortos 17 balas e 12 deles apresentaram cortes profundos com foices e facões, provavelmente instrumentos retirados dos próprios trabalhadores rurais. Um teve a cabeça esfaçalhada. (MST, 2018, não paginado).

Esses e muitos outros massacres ocorreram por todo território brasileiro, demonstrando a grande força dos latifundiários sobre o governo, no qual tem como principio dar privilégios somente para a classe burguesa dessa país.

Seguindo ainda uma linha de raciocínio da figura acima sobre os conflitos no campo no ano de 2001 e 2002 houve uma decrescente de famílias em ocupações, reflexo dos aumentos das ameaças de morte. Entre os anos de 2002 a 2006 apesar do aumento das ameaças de morte e tentativas de assassinatos que começou a aumentar as famílias nas ocupações de terras, já com uma visão de fortalecimento e afim de massificar a luta pela terra.

Já nos anos seguintes entre 2010 a 2017 (figura 2) houve um aumento de assassinatos no campo por conflitos de terras, chegando a casos conhecidos como o massacre dos trabalhadores rurais Sem Terra Valimir Bordim (44 anos) e Leonir Orback (25 anos) e onde cerca de 30 pessoas ficaram feridas em um confronto direto com PMs (Policiais Militares) no município de Quedas do Iguaçu-PR, local este que concentra um dos maiores acampamentos do MST no estado do Paraná, o acampamento Dom Tomás Balduino está situado em um dos maiores casos de grilagem de terras do estado do Paraná para o plantio de pinus e eucalipto, conhecida como Araupel S.A. Este caso ficou conhecido como um massacre após a PM admitir a autoria de 128 disparos. (Giovanaz, 2018, não paginado).

FIGURA 2- ASSASSINATOS 2003-2017



FONTE: MANSUR (2018, não paginado).

Esse foi somente alguns exemplos dos vários casos de assassinatos no campo envolvendo a luta pela terra, pois a história de colonização do Brasil sempre foi marcado por massacres, para com a classe trabalhadora desse país, e nos dias atuais estão se intensificando devido a participação massiva das forças regionais, estaduais e nacionais de segurança, sempre apoiada pelos grandes latifundiários,

afim de defender as grandes propriedades de terras, por este motivo que a UDR se mantém ativa até hoje.

Os casos de assassinatos no campo, entre os anos de 2015 a 2017 como mostra na figura acima, nos revela que houve um aumento significativo de confrontos no campo logo após a reeleição a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), demonstrando que seu governos já sentia sinal de um golpe e depois do processo de impeachment os conflitos aumentaram ainda mais, mostrando o poder do Estado nas repressões dos movimentos sociais organizados na luta pela terra.

Esses conflitos agrários mostram como o Estado está organizado e de certa forma fornece um amparo através das forças de segurança para que os grandes latifundiários mantenham posses de suas terras, por mais que seja da união, com isso deixam brechas para ocorrer os conflitos no campo, gerando inúmeros assassinatos na área rural.

Podemos colocar que os conflitos no campo são formas adotadas pelos grandes latifundiários para intimidar os movimentos sociais organizados na luta pela terra, a fim de enfraquecer o movimento e os processos de resistência, porém não nos deixamos se abater, a cada militante que morre na luta, uma bandeira a mais é levantada para que possamos dar continuidade a todo o processo de luta e resistência para garantir uma reforma agrária popular em nosso país.

Porém, os assassinatos se estende para além dos movimentos sociais organizados, eles atinge também os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ilhéus, enfim, todas as esferas que envolve uma luta pela terra, pois como o jargão popular expressa “quem tem terra, tem poder”, e é com isso que os grandes latifundiários se amparam para cometer os assassinatos no campo.

Desse modo, conforme os anos foram se passando os conflitos no campo na luta pela terra não tiveram uma queda significativa, indiferente do público que realizam as lutas. Muitos outros casos acabam sendo “mascarados” pela grande mídia de televisão e pelos próprios órgãos do governo não chegando a números precisos e nem a condenação de quem realiza os assassinatos ou mandantes dos mesmo. Os grandes causadores dos conflitos no campo são os latifundiários que obtiveram as terras através da grilagem, usando formas brutais e covardes para garantir suas terras.

Os registros feitos pela CPT desde 1985 apontam a ocorrência de 1.438 casos de conflito no campo que deixaram 1.904 vítimas até 2017. Destes, apenas 113 foram julgados, o que corresponde a 8% dos casos. (MANSUR, 2018, não paginado).

Esses casos de conflitos no campo se dão pela grilagem de terras, que teve seu início a muitos anos atrás, com isso as lutas pela terra se intensifica em todo o território nacional, dentre muitos a região do Pontal tornou-se uma referência na organização e resistência para outros processos de lutas pela terra organizados pelo MST. Boa parte dessas lutas se concentrar na região do Pontal do Paranapanema, era pelo fato de apresentar um dos maiores casos de grilagem de terras do país.

Esses casos de grilagem das terras do Pontal causou uma imensa degradação dos biomas locais, na qual os latifundiários desmataram imensas áreas para expansão da agropecuária, como resultado desse processo houve uma enorme expulsão e genocídio dos indígenas. Os povos e comunidades indígenas fizeram parte de todo o processo de ocupações da região, embora não estejam mais presentes na área. Barone, Melazzo e Silva (2011).

O principal fato dos indígenas não estarem mais presente nestas áreas, foi devido à grande expansão da grilagem de terras e o grande desmatamento que houve naquela região, como iremos observar na figura 4, onde de toda a área de mata do Pontal sobrou somente hoje conhecido como Parque Estadual Moro do Diabo.

Porém o revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”¹³. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios. (LEITE, 1981, p.43 apud FILHO, 2012, p. 85).

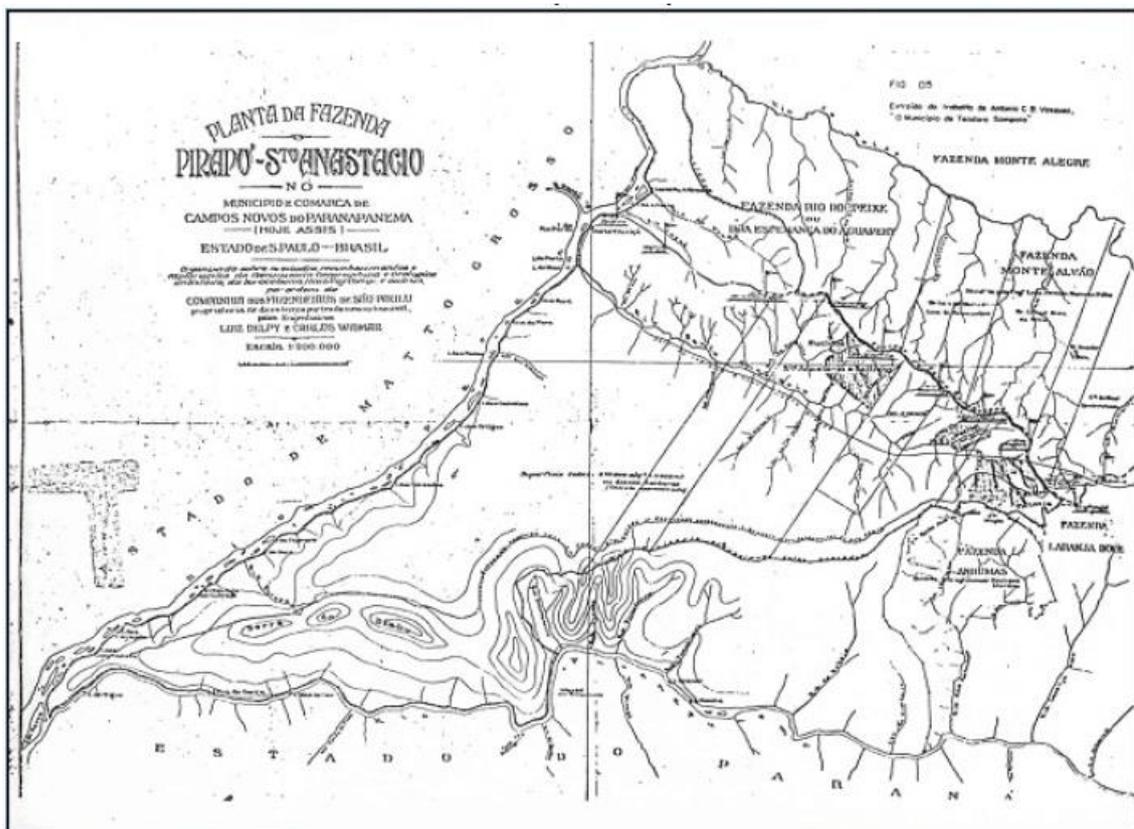
A história da grilagem de terras no Pontal do Paranapanema teve seu início em 1856, com a chegada do Antônio José Gouvêia, junto com ele várias outras pessoas usaram desse mesmo método para adquirir terras na região do Pontal. No qual a partir disso, ele junto aos registros paroquiais¹⁴ teve posse de uma imensa gleba de terras, denominada Fazenda Pirapó - Santo Anastácio. figura 3.

¹³ O processo de colonização e grilagem de terras na região do Pontal e de todo o território nacional foi marcado por grandes conflitos de terras entre os povos “brancos” com os indígenas, nesse sentido quando os colonizadores colocavam os indígenas como “bugre ateu” acabavam retirando todas as suas culturas, retirando a sua civilização marginalizando-os e ao mesmo tempo servindo de “justificativa” para exterminar os indígenas e ocupar as suas terras.

¹⁴ Os registros paroquiais de terras também conhecido como vigário serviam para dar validade as terras griladas da união, eram os vigários de cada freguesia responsáveis por receber as declarações dos registros das terras, onde deveriam conter, nomes dos proprietários, designação da freguesia,

[...] quando Antônio José de Gouveia chega à região e extrai o registro paroquial de uma imensa gleba de terras, à qual dá o nome de Fazenda Pirapó – Santo Anastácio. A descrição do grilo é a seguinte: os limites da fazenda vão desde a barranca do Rio Paranapanema, seguindo por 10 léguas o Rio Paraná acima e voltando-se para leste, pelas vertentes do Rio Pirapó, até encontrar-se de novo com o Rio Paranapanema. (Ramalho. B. C. não datado).

FIGURA 3- PLANTA DA FAZENDA (GRILLO) PIRAPÓ-SANTO ANASTÁCIO



Fonte: Leite, 1998, p. 40

FONTE: Leite, 1998 apud BARONE; MELAZZO; SILVA (2011, p. 15).

Desta forma que o Antônio José de Gouveia teve posse das grandes quantidades de terras na região do Pontal, a fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi um exemplo assim como o da Fazenda Boa Esperança do Aguapeí do grileiro José Teodoro de Souza (Ramalho. B. C.), essas e muitas outras fazendas do Pontal e do Brasil foram obtidas dessa forma, através da grilagem. Boa parte das terras que

extensão, e seus limites. Os registros paroquiais após a lei de terras de 1850, acabou perdendo a sua validade, não garantindo o direito a terra. Adaptação do livro de MOTTA; MÁRCIA, século XIX. Apud, VÍCIO DE LEITURA, 1998.

foram “conquistadas” através de registros paroquiais não tinham validade, pois as mesmas foram promulgadas após a constituição da Lei de Terras¹⁵.

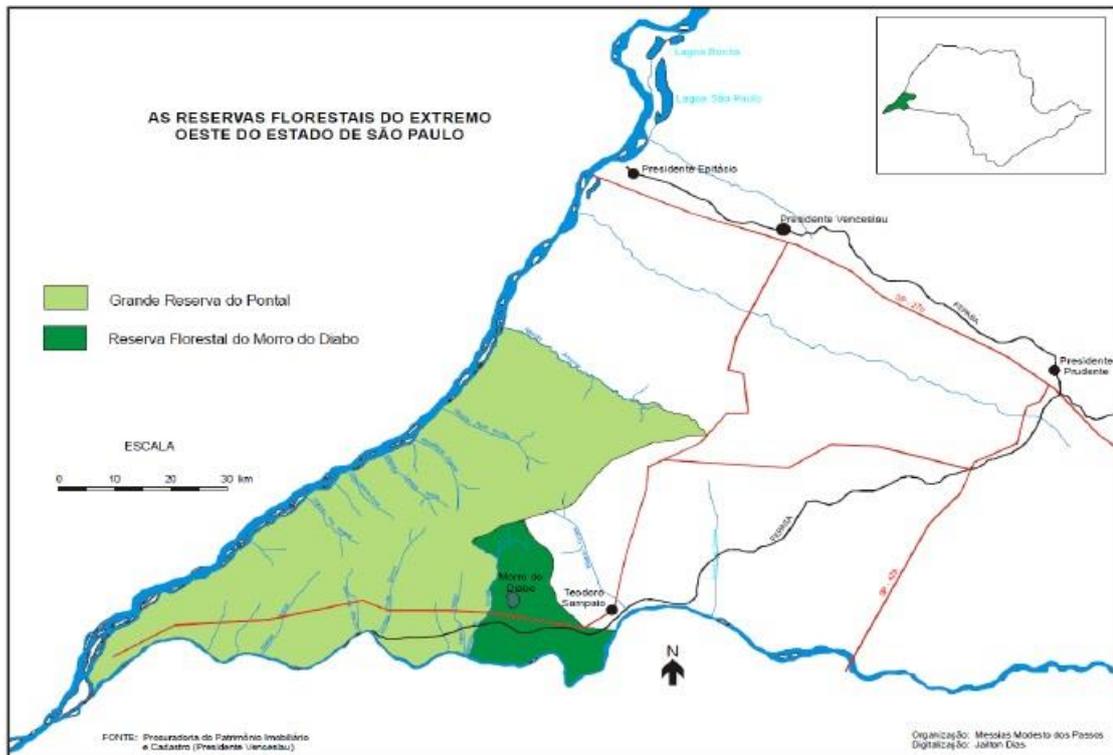
Porém, o registro paroquial era falso e foi realizado em período posterior ao vencimento da Lei de Terras. De acordo com Leite (1998) e Antônio; Fernandes; Valenciano (2006) a posse das terras foi determinada ilegal devido à promulgação da lei 601 em período anterior à realização do registro da fazenda: Essas falsificações ocorreram visto que os “proprietários” deveriam legitimar as suas posses com base na lei nº 601, de 1850, conhecida como lei de terras. A lei de terras determinava o fim das declarações de posse por meio dos registros paroquiais e permitia apenas a legitimação de terras, devolutas. (ANTÔNIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 62 apud FILHO, 2012, p. 86).

Nesta fazenda também se concentrava uma imensa reserva ambiental, chamada: A Grande Reserva do Pontal. LEITE (1998) apud BARONE; MELAZZO; SILVA, (2011). Segundo Barone, Melazzo e Silva (2011), outras grilagens de terras ocorreram na região do Pontal, com isto, a vasta área foi definitivamente ocupada, restando apenas da política conservacionista¹⁶ dos anos 1940, o Parque Estadual do Morro do Diabo em Teodoro Sampaio-SP. A figura 4, trará de forma ilustrativa o tamanho da perda de terras das reservas legal para a grilagem de terras no Pontal.

¹⁵ A Lei nº 601, de Setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi proclamada pelo imperador D. Pedro II, na qual tinha como objetivo e está descrita no Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja o de compra (Presidência da República, Casa Civil, 2018, não paginado) Disponível em < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acessado em: 29 set. 2018, não paginado.

¹⁶ Políticas conservacionistas são políticas públicas que garantem determinadas áreas de terras para destinação de Parques Ambientais, conservando os biomas nativos.

FIGURA 4- EXEMPLO DE DEVASTAÇÃO NO TERRITÓRIO DO PONTAL



Fonte: adaptado de PASSOS (2004, p. 178)

FONTE: PASSOS (2004), apud BARONE; MELAZZO; SILVA, (2011, p.16).

Ainda de acordo com Barone, Melazzo e Silva (2011, p.16), o desenvolvimento econômico da região do Pontal sempre esteve ligado diretamente aos empreendimentos agropecuários como o café, posteriormente o algodão, e mais tarde a partir dos anos 1970 com intensa exploração pecuária de corte, culminando recentemente com a introdução da monocultura canavieira.

Somente a partir dos anos 1990, que a região do Pontal começou a ser palco da mais abrangente iniciativa de assentamentos rural do Estado de São Paulo, considerando que em 1983 já havia acontecido processo de ocupação de terra na região (MORISSAWA, 2001, p. 134). Caracterizando-se pelos conflitos fundiários com forte intervenção do governo do Estado¹⁷, para a promoção de assentamentos de trabalhadores rurais da reforma agrária,

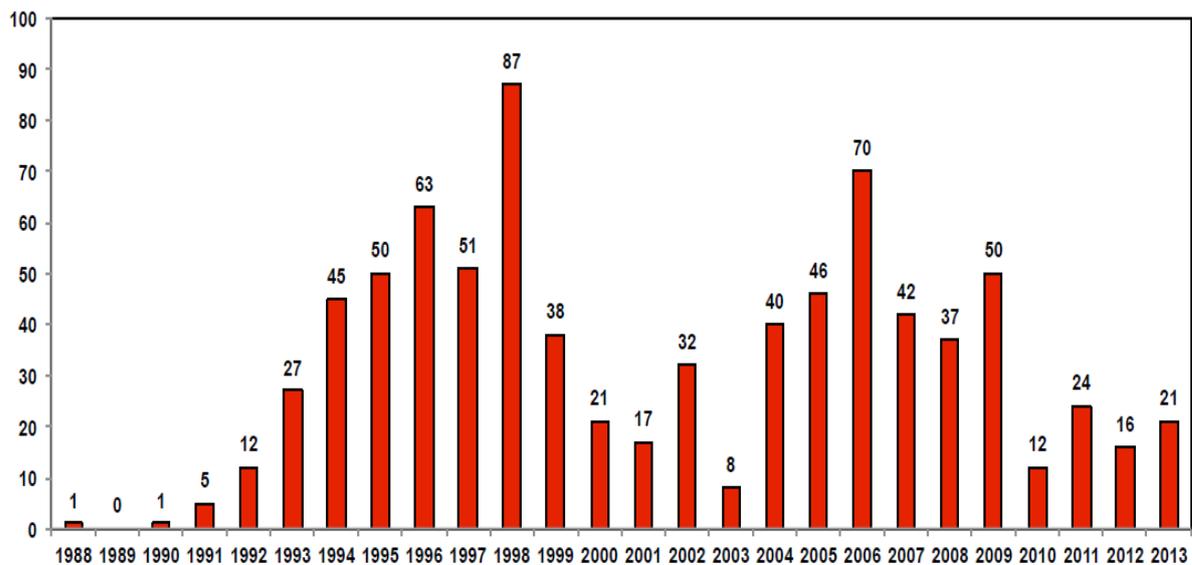
[...] Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas

¹⁷ O então Presidente da República era o José Sarney de Araújo Costa, filiado ao partido PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas da reforma agrária. (FERNANDES,1996 apud BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011, p.16).

Como mencionado acima, somente nas décadas de 1990 a 2000, que as ocupações de terras começam a tomar uma proporção maior na região do Pontal, e um dos protagonistas desse processo de ocupação de terras foi e é o movimento dos (as) trabalhadores (as) rurais sem-terra, consolidando um de seus núcleos mais dinâmicos na luta pela terra, (Barone, Melazzo e Silva, 2011). Todavia, esses processos da luta pela terra na qual o Movimento foi e é o protagonista ainda nos dias de hoje, podemos observar na Figura 5 que apesar da diminuição da quantidade de ocupações, o MST ainda continua realizando suas lutas pela terra na região do Pontal, afim de promover uma reforma agrária popular.

FIGURA 5- OCUPAÇÕES DE TERRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (1988-2013)



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

FONTE: GIRARDI; VINHA, (2014).

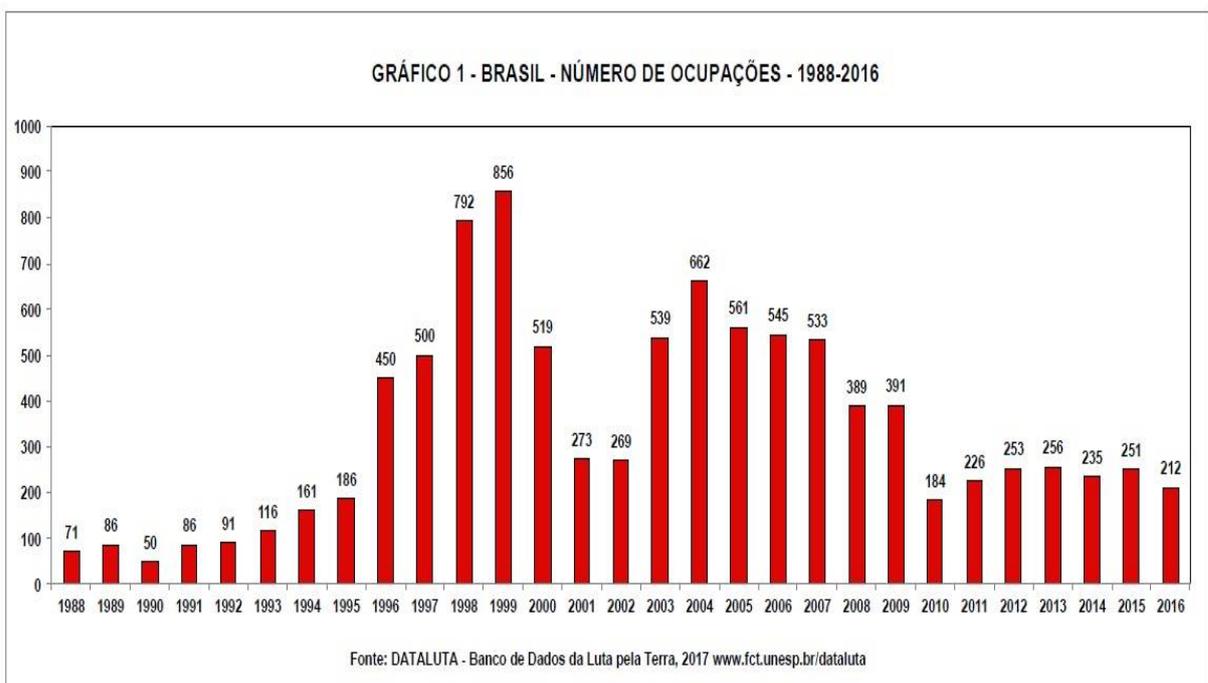
Como ilustrado no gráfico acima, entre os anos de 1994 a 2009, foram os anos que mais houveram ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, cujo o maior protagonista desde processo foi o MST. Outro dado importante das ocupações de terras, foram os municípios que mais concentraram mobilizações pela terra, no qual hoje se concentra a maior quantidade de assentamentos.

Os anos de 1993 a 2002, foram os anos que mais se concentrou ocupações de terras por toda a região do Pontal, este período coincidiu justamente com o fim do

mandato do ex-presidente José Sarney (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) com a entrada do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), naquela mesma época aconteciam simultaneamente várias outras ocupações de terras pelo Brasil, afim de garantir uma reforma agrária popular.

Logo nos anos seguintes entre 2004 a 2009 também se intensificou várias ocupações de terras por todo território nacional (figura 6), esse período coincidiu com meados do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e com o início do seu novo mandato, na qual os movimentos sociais acreditavam que pelo fato de ter um presidente da classe trabalhadora vindo da militância do sindicato dos metalúrgicos, se garantiria uma reforma agrária popular sem maiores conflitos, entretanto esse movimento da reforma agrária não aconteceu, devido aos conflitos políticos do governo.

FIGURA 6- GRÁFICO - BRASIL - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988 - 2016



FONTE: GIRARDI, (2017).

Como já mencionado acima os anos que mais houve ocupação de terras foi no período do governo FHC (PSDB) e do Lula (PT). Devido a necessidade de se constituir uma reforma agrária popular e impulsionado pela organização massiva dos (as) trabalhadores (as) rurais sem-terra distribuídos nas áreas de terras griladas, fez com que intensificasse as mobilizações da luta pela terra.

Em consequência de todo esse processo de ocupações de terras intensificadas no território nacional, teve um aumento significativo em confrontos no campo, como já analisado anteriormente (Figuras 1 e 2). Entretanto, nos mandatos da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) não houve massivas ocupações, porém aumentou significativamente os conflitos e assassinatos no campo¹⁸, boa parte em confrontos diretos com os órgãos de segurança do país, seja, em esferas regional ou nacional, se acirando cada vez mais a luta pela terra no Brasil.

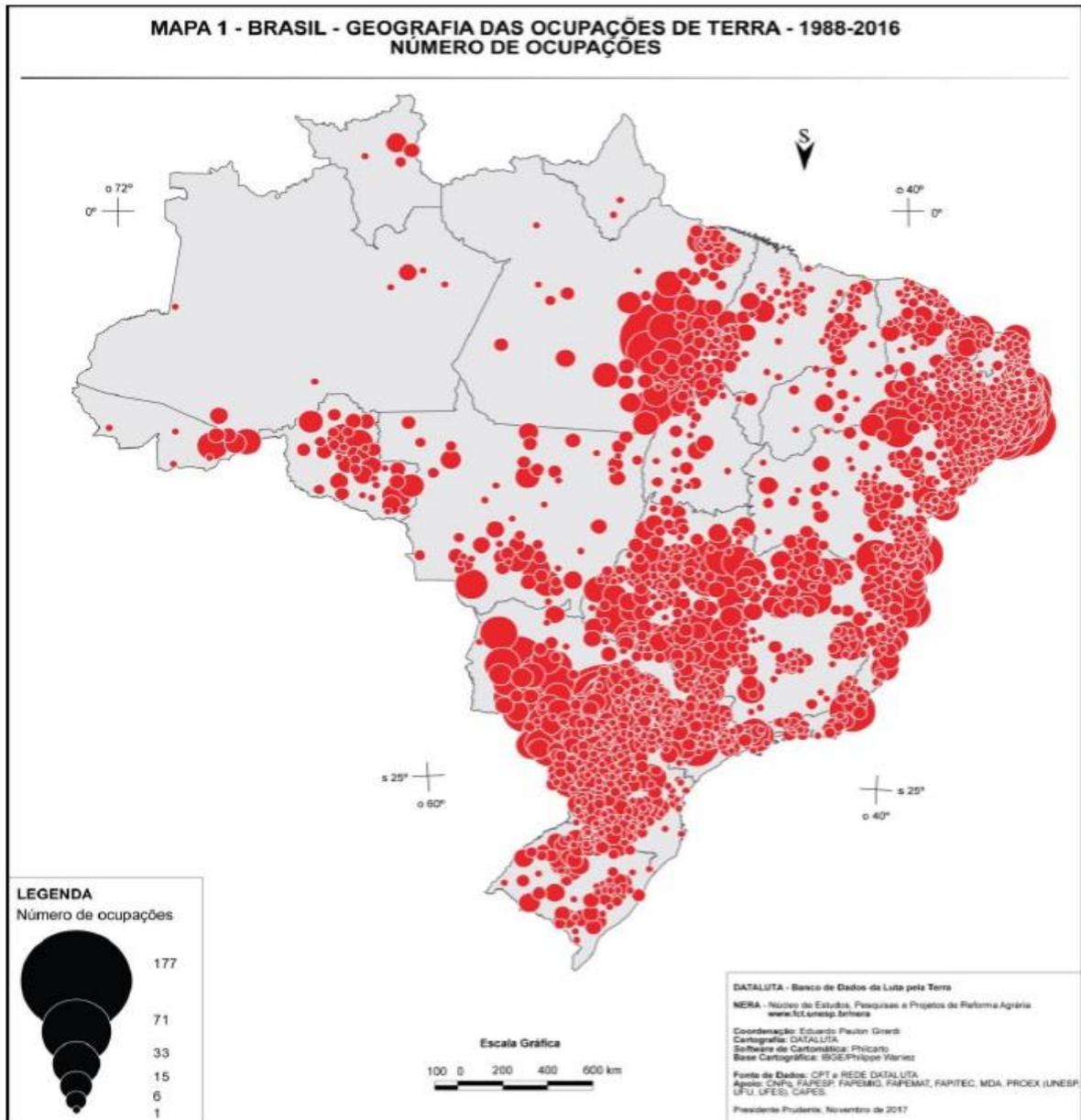
Entre os anos de 1996 a 1999 foram os anos que mais se concentraram ocupações de terras por todo território nacional, nesse mesmo período aconteceu simultaneamente a construção de um novo projeto de educação no campo, a qual foi construída pelos (as) trabalhadoras e trabalhadores do campo ligados diretamente ao MST e outros movimentos sociais do campo. Este novo projeto de educação básica para o campo, mais tarde ficou conhecida e conhecemos até hoje como Educação do Campo.

Este projeto de uma nova educação era pautado com muita intensidade nas áreas que havia uma luta pela terra, pois os trabalhadores (as) viram naquele momento que o formato de educação que estava imposto pelo governo nas áreas rurais do país não contemplava os seus sujeitos. Nesse cenário que a Educação do Campo foi construída, afim de atender os (as) filhos (as) dos camponeses e as demandas de uma educação pautada na realidade dos mesmos, ligada diretamente na luta pela terra, buscando reafirmar todo o processo de luta através da Educação do Campo.

As ocupações de terras no país se concentrava boa parte nas regiões sul, sudeste e centro-oeste (figura 7), regiões estas que se concentrava as maiores áreas de terras devolutas do Estado a qual foram griladas, um exemplo é fazenda Araupel S.A no município de Quedas do Iguaçu-PR já mencionada acima, a qual foi a protagonista pelo massacre dos companheiros do acampamento Dom Tomás Balduino. Assim como as terras griladas da fazenda Pirapó-Santo Anastácio na região do Pontal do Paranapanema-SP, a qual teve uma grande parcela da representatividade das ocupações de terras no estado de São Paulo.

¹⁸ De acordo com VINICUIS MANSUR, 2018, publicado em uma matéria do jornal Brasil de Fato, analisando os dados da CPT, os assassinatos no campo subiram 105% desde 2013. Disponível em:< <http://www.mst.org.br/2018/04/18/assassinatos-no-campo-subiram-105-desde-2013-aponta-cpt.html>>. Acessado em: 02 Out. 2018, não paginado.

FIGURA 7- BRASIL – GEOGRÁFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-2016, NÚMEROS DE OCUPAÇÕES



FONTE: GIRARDI, (2017).

Assim como as ocupações de terras se intensificou por todo território nacional, na região do Pontal não foi diferente, vários municípios concentraram as lutas pela terra. A figura 9 mostra a quantidade de ocupações por município, como resultado dessas ocupações enormes impactos socioterritoriais ocorreram nos municípios.

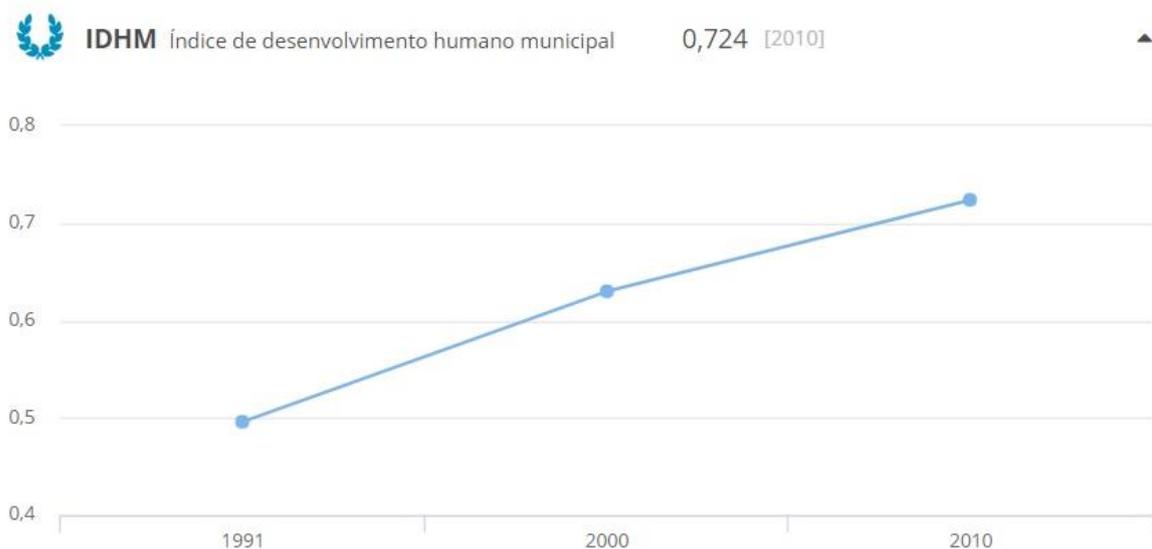
Os impactos sócio-territoriais são compreendidos pelas transformações ocorridas em determinados espaços geográficos, iniciadas pelas ações das famílias sem-terra, a partir da ocupação da terra e com a implantação dos assentamentos pelo Estado. São processos que se desenvolvem em várias

fases e que resultam reorganização do território. (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 245-246).

Os impactos socioterritoriais causados pelas ocupações de terras nos municípios e posteriormente em assentamentos, são todas as modificações geográficas ocorridas, isso implica nas construções de estradas, postos de saúde, centros comunitários, escolas, igrejas, bares, associações, cooperativas, política públicas para o campo, enfim toda mudança geográfica ocorrida no espaço.

Entretanto, os impactos socioterritorial trazidos pelos acampamentos e assentamentos não podem ser entendidos como algo ruim, pois os mesmo trás várias melhorias no dia-a-dia dos acampados e assentados mudando a economia do município. Um exemplo disso, segundo o IBGE (2010), houve um aumento significativo no índice de desenvolvimento humano no município de Mirante do Paranapanema-SP entre os anos de 1991 a 2010 (figura 8) logo após a constituição de vários assentamentos no mesmo.

FIGURA 8- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP, 1991-2010

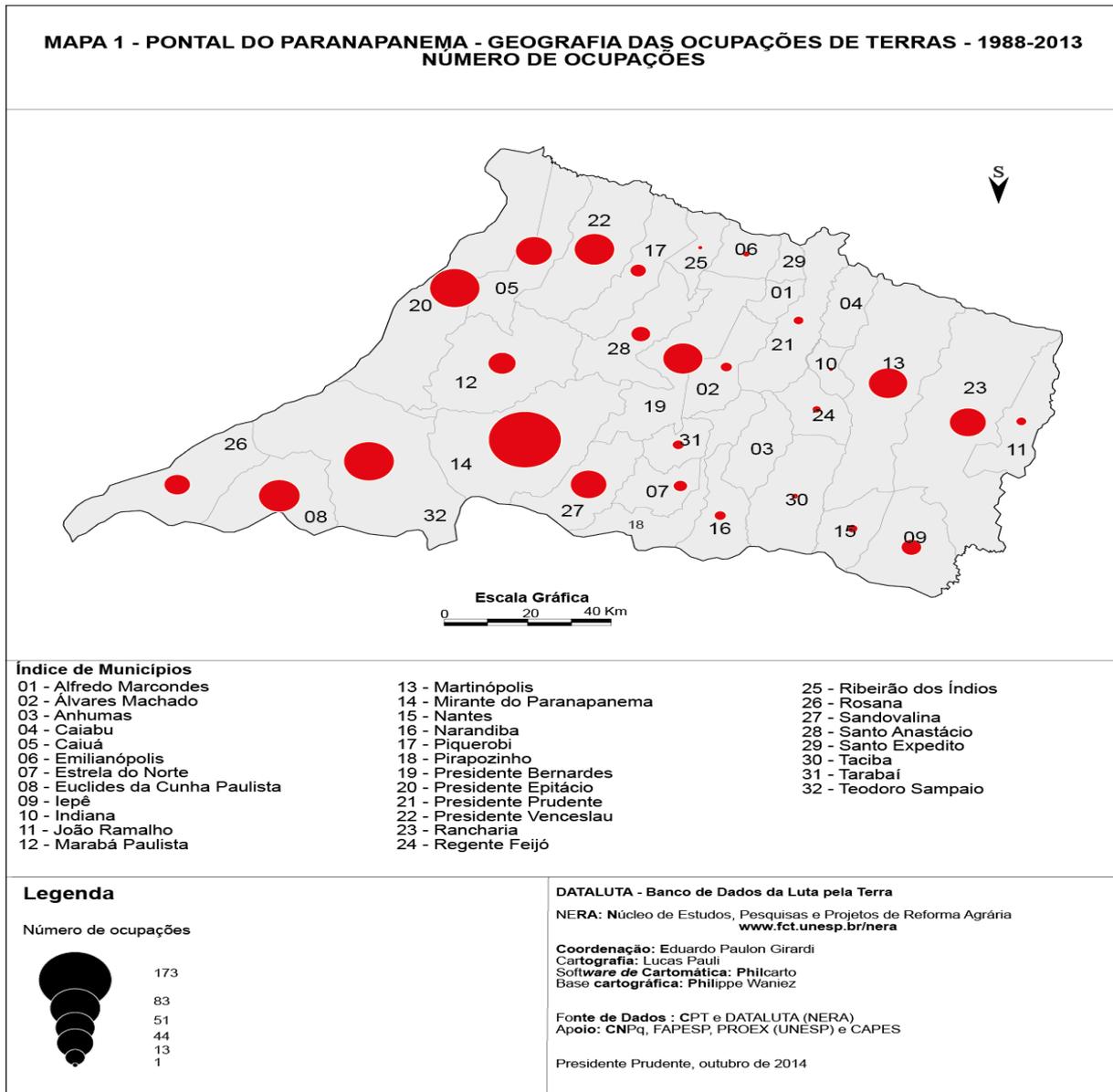


Fonte: IBGE, (2018).

No mesmo período houve um significativo aumento populacional e econômico nos municípios que concentraram as maiores ocupações e posteriormente a constituição dos assentamentos. Tendo como exemplo o município de Mirante do Paranapanema-SP,

De acordo com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, a partir de dados da Câmara Municipal de Mirante, a arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços aumentou 88% entre 1995 e 1998. Ainda segundo pesquisas da Fundação Seade, houve melhoria no índice municipal em educação e geração de riqueza. (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 249).

FIGURA 9- PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS 1988-2013, NÚMERO DE OCUPAÇÕES



FONTE: GIRARDI; VINHA, (2014).

As ocupações de terras no Pontal caracterizam-se pelo fato de grande concentração de terras griladas.

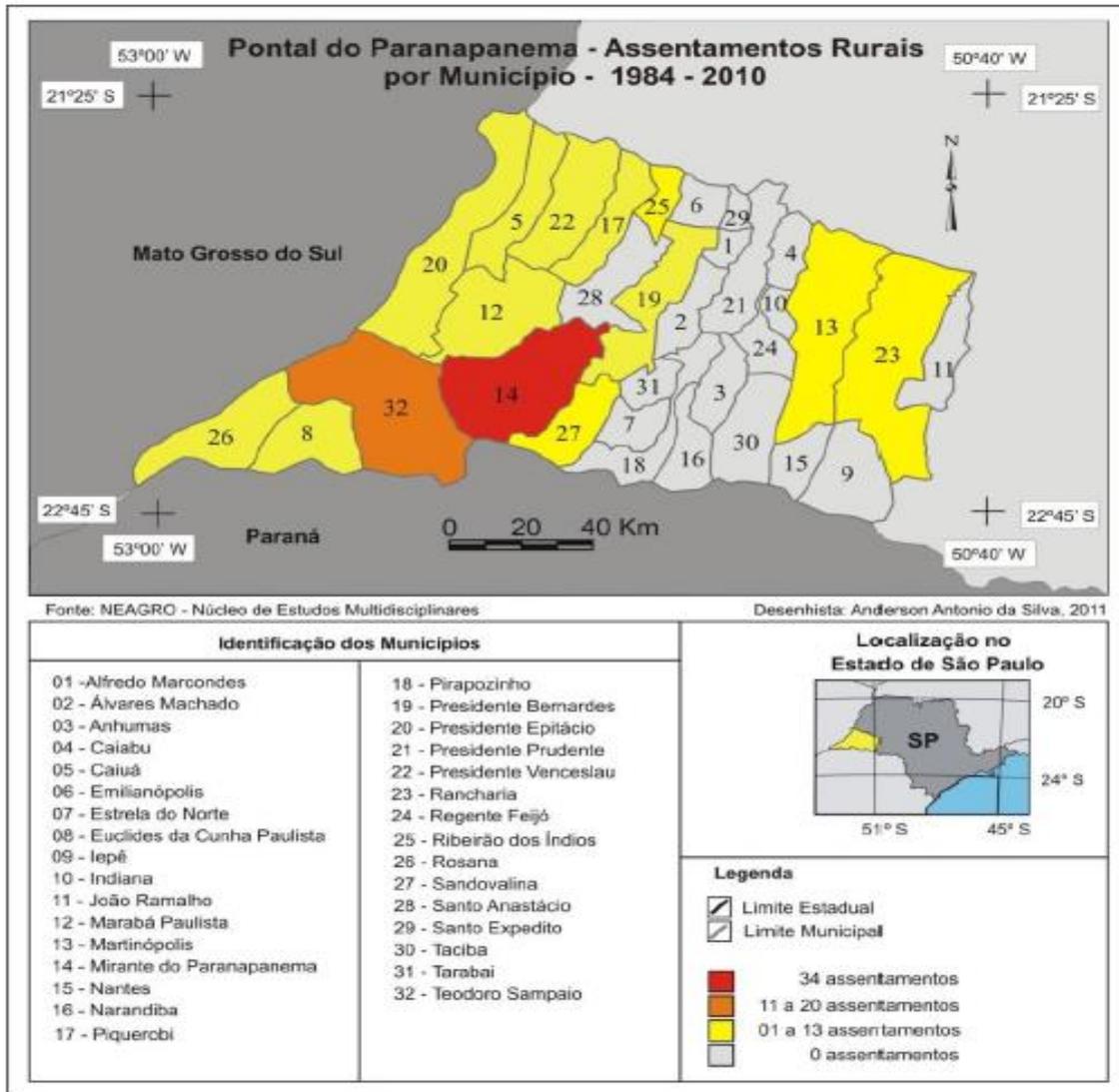
Durante um século, os latifundiários mantiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares. De 1990 a 2000 os sem-terra executaram 335 ocupações, conquistando quase cem mil hectares, desentranhando um dos grilos mais famosos do estado de São Paulo. Esse longo e amplo processo de grilagem terminou com o confronto entre

latifundiários e sem-terra, que na década de 90 transformou o Pontal em uma das regiões com o maior número de conflitos por terra do Brasil. (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 241).

Conforme Barone, Melazzo e Silva (2011, p.17), entre os anos de 1995 a 1998, houve as maiores disputas por terra na região do Pontal, com isso o governo do Estado acaba criando o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que tinha como intuito intermediar as intensas negociações para arrecadação de áreas de assentamentos, se constituindo como fundamental neste processo.

Na região do Pontal do Paranapanema, segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), dos 32 municípios que a compõem o Pontal somente 14 conseguiram constituir assentamentos (figura 10). Infelizmente no limite dessa pesquisa não conseguimos identificar quais foram os motivos que somente 14 dos 32 municípios do Pontal conseguiram constituir assentamentos, apesar de praticamente todos passarem por processos de ocupações.

FIGURA 10 - MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERITÓRIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA COM DESTAQUE PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS



FONTE: BERONE; MELAZZO e SILVA (2011, p. 17).

Diante desta conjuntura local o MST na década de 90, conseguiu mobilizar diversos sujeitos para realizar o primeiro processo de ocupação de terra no Pontal, no município de Teodoro Sampaio –SP. Iniciando a luta pela terra na região, motivando outras ocupações nos municípios vizinhos. Entre os anos de 1990 até 2000 essas ocupações de terras organizadas pelo MST causaram um significativo impacto socioterritorial na região. (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

Entre os anos de 1991 a 1998, já com o MST mobilizado realizaram 128 ocupações somente no município de Mirante do Paranapanema-SP, mostrando assim a sua força e organização coletiva. Com estes processos de ocupações e concretização de assentamentos houveram enormes impactos socioterritorial, como

o aumento considerável na população dos municípios (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

Dentre todos os municípios do Pontal do Paranapanema que tiveram processos de concretização de assentamentos o município de Mirante do Paranapanema-SP destacou-se, consolidando 34 assentamentos, tornando-se o município com maior número de assentamentos na região. No qual um deles é o assentamento King Meat, cujo o mesmo é o objeto de estudo.

O município de Mirante do Paranapanema-SP, tem uma área territorial de 1.238,931 Km², com uma densidade demográfica de 13,77 hab/km² e com uma população total de 17.064 pessoas. No ano de 1991 segundo os dados do IBGE (2010) o município concentrava uma população total de aproximadamente de 15.179 habitantes, sendo 4.634 hab. na zona rural e 10.545 hab. na área urbana. De acordo com os dados do IBGE (2010) o município nos dias de hoje tem uma população localizada na área rural de 7.017 habitantes e um total de 10.047 habitantes na área urbana totalizando 17.064 hab.

Com esses dados podemos ter uma noção do quanto o município de Mirante do Paranapanema – SP cresceu depois da concretização dos assentamentos, fortalecendo sua economia e melhorando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como mostrado anteriormente (figura 8), confirmando que os assentamentos são fundamentais para a economia dos municípios.

2.3 MIRANTE DO PARANAPANEMA: ENTRE ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO

Para o MST, o acampamento é um processo fundamental para a construção da formação política, a auto-organização na luta, nos processos de resistência e mobilização dos camponeses e camponesas da classe trabalhadora. Os acampamentos segundo Fernandes (2012),

[...] é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. (FERNANDES, 2012, p. 23).

A formação de um acampamento acontece quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais realizam ocupações em latifúndios improdutivos, se manifestando publicamente em forma de acampamento e ocupações. As famílias que ali estão organizadas, demonstram também que estão determinadas em mudar as suas vidas, que estão dispostos a resistir e permanecer na luta, afim de construir um território camponês. (Fernandes, 2012).

Como descrito na introdução deste trabalho, durante o período em que permaneci acampado no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, no município de Rio Bonito do Iguazu-PR, reforço que é um processo difícil, tanto na hora de decidir em ir acampar, quanto na hora de permanecer acampado, de resistir, quanto se necessário sair. Porém, com a experiência que foi obtida nesses espaços, vejo, que consegui aprender muito sobre os espaços organizativos do Movimento, suas ideologias, formação política, na qual fez com que me reafirmasse como militante desde movimento social.

Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência. É preciso saber lidar com o medo: ir ou ficar? O medo de não dar certo, da violência dos jagunços e muitas vezes da polícia. É preciso também se preparar para viver em condições precárias (FELICIANO, 2006, apud FERNANDES, 2012).

No primeiro momento os acampamentos parecem ser vários barracos de lonas “pretas”, todos aglomerados uns em cima dos outros, em uma total desordem. Entretanto, os acampamentos são formados em pontos estratégicos na topografia do terreno, cujo, os mesmos ficam preparados para possíveis enfrentamentos com jagunços, ou até mesmo em muitas das vezes com a própria polícia, onde a organização dos acampamentos são,

[...] predominantemente circulares ou lineares. Nesses espaços, existem lugares onde, muitas vezes, os sem-terra plantam suas hortas, estabelecem a “escola” e “a farmácia”, e também o local das assembleias. (FERNANDES, 2012, p. 24).

Segundo Fernandes (2012), quando um acampamento é formado são criados várias comissões ou equipes, cuja, as mesmas cuidam dos diversos setores de organicidade dentro do acampamento como: Saúde, Educação, Formação,

Segurança, Negociações/Frente de Massa, Trabalho/Produção, Infraestrutura, entre outras que dão uma dinâmica de organização.

TABELA 2 - INSTÂNCIAS DO MST E SEUS OBJETIVOS ¹⁹

SETOR/INSTÂNCIAS	OBJETIVOS
Saúde	Prestar os primeiros cuidados as pessoas que estejam doentes, promover uma “vigilância sanitária” no acampamento, visando o bem-estar das pessoas, tem a responsabilidade de cuidar e manter uma farmácia básica, com remédios naturais e industrializados com ordens médicas.
Educação	Visa a construção de escolas para as crianças e a alfabetização dos jovens e adultos dentro do acampamento, garantindo a sua permanência.
Formação	Promover cursos periódicos de formação política. Visando o engajamento orgânico dentro o Movimento e do acampamento, afim de compreender o sistema capitalista.
Segurança	Cuidar da segurança do acampamento, desenvolver guaritas, dividir as pessoas para tirar guarda, fazer ronda no acampamento, afim de promover segurança interna.
Negociações/Frente de Massa	Dialogar com os representantes do INCRA, das Empresas, e do Governo, seja, em esferas local, municipal, estadual ou nacional, para garantir a desapropriação das terras, e após implantação dos assentamentos garantir a organicidade interna do mesmo.
Trabalho/Produção	Garantir os trabalhos necessários de subsistência dentro do acampamento, como por exemplo: plantio de alimentos e sua manutenção.
Infraestrutura	Garantir uma infraestrutura básica do acampamento, como por exemplo: construção de escolas, secretária, instalação e manutenção na distribuição de água para o acampamento.

FONTE: Adaptada, MORISSAWA, (2001, p. 204 – 208).

Os setores/instâncias de organicidade do MST é algo que vai para além dos espaços de acampamentos e assentamentos, são de nível regional, estadual e nacional, afim de garantir uma boa troca de informação e formação entre as bases, no qual todas tem representatividades em todas os setores/instâncias, e são de

¹⁹ Esta tabela foi desenvolvida tendo como base o livro “A História da Luta Pela Terra e o MST” (MITSUE MORISSAWA, 2001, p. 204 – 208). E, parte também da experiência que obtive no processo de acampamento em que participei.

suma importância para garantir a dinâmica do Movimento nos seus processos de luta pela terra, suas ações e mobilizações no enfrentamento ao sistema capitalismo e ao seu modo de produção o agronegócio.

Após a formação do acampamento e todo o processo de luta pela terra para garantir a reforma agrária naquele determinado espaço, logo depois constitui-se o assentamento. Com isso os,

[...] assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas as mais diversas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais. Assim, em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixaram de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados. (LEITE, 2012, p. 110).

Quando os assentamentos são formados vários impactos socioterritoriais são formados juntos com eles, com isso o governo brasileiro em meados da década de 2000, criou uma definição para os projetos de assentamentos,

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL, 2004, p. 148 apud LEITE, 2012, p. 111-112).

Após os assentamentos constituídos ainda se tem uma enorme luta para garantia dos seus direitos de permanência e acesso as infraestruturas fornecidas pelo Estado. Para que o INCRA juntamente com outros órgãos governamentais nacional e estadual possam construir infraestruturas básicas como: escolas, postos de saúde, estradas de boa qualidade, transporte escolar, assistência técnica, recurso para habitação, entre outras nos assentamentos são necessárias muitas manifestações, mobilizações dos assentados, muito enfrentamento político, muitas ocupações em espaços da prefeitura ou do INCRA afim de garantir as reivindicações dos assentados.

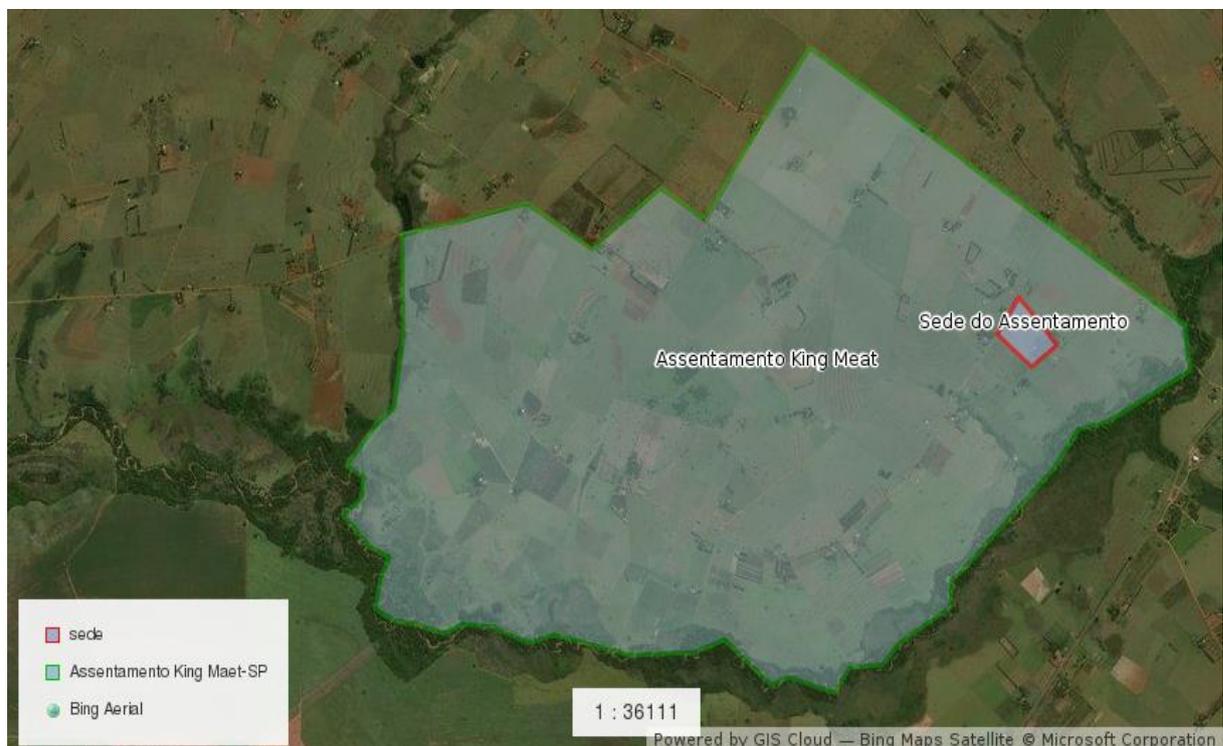
Apesar de todas essas mobilizações, muitas das vezes os assentados não conseguem garantir seus direitos básicos de permanência na terra como por

exemplo: os recursos para habitação, onde na maioria das vezes os próprios assentados se organizam na medida do possível para garantir a sua moradia.

A região do Pontal do Paranapanema-SP, é uma das regiões que mais se concentra projetos de assentamentos rurais do estado de São Paulo, criados através das ocupações de terras na região, na qual boa parte deles passaram por processos organizativos para garantir seus direitos.

Entre eles o município de Mirante do Paranapanema-SP é um dos que se concentra o maior número de assentamentos do Pontal. Um deles é o assentamento King Meat (Figura 12), o mesmo teve um processo de luta bem peculiar, no qual o mesmo não passou por um processo de ocupação e acampamento na fazenda que se constituiu o assentamento. Na qual a partir de observações e diálogos informais com moradores do assentamento, tudo começou com uma conversa organizada pelo MST em 1990, onde resolve-se realizar o processo de ocupação da fazenda King Meat para a formação de um assentamento da reforma agrária.

FIGURA 11 – MAPA DA DELIMITAÇÃO DO ASSENTAMENTO KING MEAT - MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP



FONTE: TONIOLLI; LIMA, (2018. Não paginado).

Através de conversas com moradora (M.A) do assentamento, conseguimos identificar o processo da luta pela terra do assentamento King Meat, no qual transcrevemos a seguir.

A primeira reunião tem a participação de aproximadamente 200 famílias, as quais se organizam para realizar a ocupação na fazenda, este acampamento recebeu o nome de União da Vitória, mas tarde com uma nova reorganização foram divididas 80 famílias em uma nova área da fazenda, onde acabaram permanecendo acampados por 3 anos. Quando foram designados para os seus lotes houve-se uma nova separação, onde 40 famílias foram para uma nova área da fazenda, constituindo assim o assentamento King Meat.

As outras 40 famílias acabaram ocupando outra área da fazenda onde mais tarde se constitui o assentamento hoje conhecido como Santana. Segundo os assentados do King Meat, este nome é em virtude de um acordo entre o INCRA e os “proprietários” da fazenda, onde seria cedida as terras para a reforma agrária, mas teria que manter o seu nome, cujo, o mesmo era também nome dos frigoríficos do proprietário da fazenda conhecido como “o rei do gado”.

Atualmente as famílias²⁰ dos assentamentos do Pontal do Paranapanema e em especial do município de Mirante do Paranapanema já estão todas estruturadas²¹, com isso o trabalho familiar é predominante nos assentamentos, onde a renda é uma construção coletiva.

Hoje em dia os assentados contam com uma visita técnica realizada pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), onde contam com uma instrução e um acompanhamento em suas produções agrícolas e agropecuárias, e ainda tem auxílio mínimo para questões mais estruturantes e organizativas do assentamento ²² ITESP (2018).

²⁰ Famílias é um grupo de pessoas que moram e trabalham em cima do lote, podem ser titulares ou agregados do proprietário do lote.

²¹ Os assentamentos estruturados são assentamentos que tem minimamente infraestruturas como: estradas, postos de saúde, centros comunitários, esporte e lazer, cooperativas, associações, escolas, entre outras que permite aos assentados uma boa qualidade de vida.

²² O Itesp presta assistência técnica a mais de 10,2 mil famílias em 172 assentamentos rurais, atuando tanto na implantação de projetos de assentamentos, com a abertura de estradas, perfuração de poços, como no desenvolvimento dessas comunidades, por meio do fornecimento de calcário, mudas, sementes, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias. O Itesp está presente em 54 municípios que possuem assentamentos rurais. A maior parte dos assentamentos está na região do Pontal do Paranapanema: 106, somando mais de 5,7 mil famílias. Disponível

O ITESP também é responsável em realizar o processo de regularização dos lotes dos assentamentos rurais e áreas urbanas.²³ Com a formação dos assentamentos na região do Pontal, surge a necessidade de organização interna, afim de melhorar a qualidade de vida dos sujeitos. Uma dessas formas de organização é a construção de uma cooperativa chamada de COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal), na qual tinha como intuito prestar serviços aos assentados, garantir a compra e venda dos alimentos produzidos nos assentamentos do Pontal e ainda garantir e intensificar a luta pela terra por toda região do Pontal.

Assim como a cooperativa, várias outras formas de resistência foram criadas para garantir a permanência dos assentados no campo, como associações, escolas, postos de saúde, centros comunitários, enfim dentre outras. Como já descrito nos capítulos anteriores sobre os impactos socioterritoriais que foram causados pela formação dos assentamentos, no capítulo seguinte trará mais elementos de como que se deu a organização do assentamento King Meat, como que a COCAMP, foi fundamental para garantir a luta pela terra no Pontal, e como que se encontra nos dias de hoje a cooperativa e algumas organicidade do assentamento.

em:<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/quemsomos.aspx>>. Acessado, 10 Set. 2018, não paginado.

²³ Regularização de áreas urbanas e rurais. As ações de regularização fundiária do Itesp encontram-se em 82 municípios. De 1995 para cá foram concedidos mais de 25 mil títulos de domínio, em parceria com prefeituras e com a Procuradoria Geral do Estado, por meio do Programa Minha Terra. ITESP, 2018, Disponível em:<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/quemsomos.aspx>> Acessado em: 10 Set. 2018, não paginado.

3 PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO O ASSENTAMENTO KING MEAT

Este capítulo reflete a organicidade do assentamento King Maet, localizado no município de Mirante do Paranapanema- SP, sua produção agrícola, bem como seria uma referência de assentamento com as suas organicidades internas em plena articulação e coerência.

3.1 ORGANIZAÇÃO E COOPERAÇÃO: FORMAS DE RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA

O assentamento King Meat logo no início da sua formação, contou com algumas organizações internas como associações, centro comunitário com espaços esportivos, uma sede com infraestrutura para reuniões (Figura 12), uma coordenação interna do assentamento com representantes assentados e pertencentes ao MST, uma produção agrícola diversificada que eram destinadas para a cooperativa COCAMP entre outras organizações familiares que davam uma dinâmica ao assentamento.

Com o passar do tempo, essas organizações acabaram se perdendo no caminho, pois diversos fatores contribuíram para isso ocorrer. Através de conversas informais com assentados do assentamento, conseguimos identificar alguns motivos que levaram a perda da organicidade do assentamento, onde um deles foi a individualidade de cada assentado em suas propriedades, individualizando as suas atividades diariamente.

Diante dos relatos fica evidente que a individualidade entre os assentados dificulta uma organicidade mais ampla no assentamento, fragilizando inclusive seus processos de produção agrícola, na qual não conseguem se organizar em grupos nem para montar uma associação.

Tendo como experiência em algumas visitas realizadas em diferentes assentamentos do país, podemos dizer que as associações, cooperativas e as escolas são fundamentais para o desenvolvimento do mesmo, e quando parte para o lado de uma formação política fica mais evidente, implicando diretamente em suas organicidades. Desse modo, a escola do campo e a Educação do Campo se coloca nesse cenário como fundamental, pois é através delas que possamos nos amparar para uma formação política de cooperação, assim fortalecendo a coletividade entre

os assentados potencializando uma organização interna e fortalecendo o assentamento, o qual é uma das ferramentas contra o capitalismo.

Entretanto, a falta de organicidade do assentamento perpassa por outros fatores como, a falta de assistência técnica especializada para garantir uma produção agrícola de qualidade, a mudança de local da COCAMP tornando-se inviável e fora de mão a entrega das produções, falta de políticas públicas para o campo, falta de implementos para as associações chegando ao fim a mesma, tudo isso foi fragilizando a organicidade do assentamento chegando ao ponto crítico dos dias de hoje.

Onde tudo isso culminou em um assentamento com pouca diversidade de produção agrícola e agropecuária, forçando parte dos assentados e em especial a juventude saírem para trabalhar nas Usinas de cana-de-açúcar. Diante disso, a Educação do Campo vem na perspectiva de formar indivíduos com pensamentos críticos, para assim fazerem as leituras da sua realidade, afim de procurar maneiras, soluções para a classe trabalhadora em especial para os povos do campo, não ficando refém dos modos de produção do capitalismo, como por exemplo as indústrias/usinas de cana-de-açúcar.

Nesse sentido, os princípios da Educação do Campo que aparecerá no 4 capítulo trará mais elementos de como eles podem influenciar as produções agrícolas e o modo de vida dos assentados e em todo o seu meio. Assim a EdoC, como já dito antes se coloca nesse cenário como algo fundamental para que possamos compreender as esferas e as contradições que atinge os nossos assentamentos da reforma agrária, podendo assim trabalhar com possibilidades procurando solucionar os problemas que os envolve, potencializando suas produções agrícolas, o cooperativismo, a coletividade, a comunidade em geral tornando-se assentamentos modelos e resistentes.

Ainda nesse sentido, segundo levantamentos de dados obtidos através do trabalho de campo realizado por Toniolli e Lima (2017) para o Projeto de Aprendizagem, na qual esta pesquisa do TCC é o fruto do aprofundamento, cerca de 75% de todo o assentamento tem como sua fonte de renda principal a produção de Leite, na qual é vendida para os laticínios do município e laticínios dos municípios vizinhos, cerca de 10% produzem gado de Corte para venda interna no assentamento e venda externa como para frigorífico, outros 5% produzem hortaliças na qual é vendida para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), os

demais 10% trabalham nas Usinas de cana-de-açúcar e tem o seu salário como a fonte de renda principal.

Ainda seguindo observações nos espaços e partindo de diálogos informais com os assentados, o assentamento apesar de não ser organizado conta com algumas estruturas que possibilita um convívio coletivo como, Igreja Católica, Bares, espaços de Rios e Represas para pesca e alguns assentados fazem parte de setores regional e estadual do MST, e um assentado é o representante do mesmo em atividades do município. Entretanto, esses espaços não são comunitário do assentamento como forma de organização interna, parte de pessoas específicas afim de construir algo maior no assentamento, e como forma de resistência e permanência.

Com os processos que ocorreram no assentamento levou com que as famílias acabassem deixando de participar das atividades na comunidade, a juventude começaram a se evadir do assentamento para trabalhar na usina de cana-de-açúcar, as associações começaram a se desfazer onde cada implemento foi divididos pelos sócios, e assim por diante até chegar ao nível de hoje, na qual as infraestruturas da sede estão se deteriorando sozinhas no meio do mato.

Os espaços de esporte já não se têm mais, hoje virou um espaço de pastagem de gado, a COCAMP foi transferida de local, fragilizando as entregas dos produtos dos assentados onde mais tarde acabou fechando as portas, enfim, vários fatores contribuíram para o assentamento não ter uma organicidade estruturada.

Entretanto, boa parte das famílias que foram assentadas logo no início permanecem até hoje em seus lotes, inclusive com seus filhos contribuindo parcialmente em suas propriedades, porém alguns assentados arrendam seu lote para plantio de mandioca, outros alugam a pastagem para os vizinhos, e as crianças que estudam se deslocam para a Escola Estadual Fazenda São Bento, na qual atende as turmas do 1º ano do ensino fundamental I ao 3º ano do ensino médio localizada no assentamento vizinho Haroldina, tudo para garantir que as famílias permanecem no assentamento.

Diante das experiências obtidas nas áreas da reforma agrária, em acampamentos, assentamentos e como militante do movimento sem-terra MST, conseguimos perceber que quando os acampamentos são organizados com formação política emancipadora, com uma boa estrutura de grupos, com setores bem formados e consistentes, futuramente quando constituído os assentamentos

sua organicidade interna também terá uma maior consistência nos seus projetos de infraestrutura, na produção agrícola e nos impactos socioterritorial do assentamento.

Dessa forma, quando constituído um assentamento é necessário pensar estratégias de resistência e fortalecimento da luta pela terra, a qual não termina com a conquista do lote. Assim, em 1994 é formada a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal- COCAMP.

A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994, por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. Entre o final de 1994 e ao longo de 1995, a cooperativa esteve voltada, exclusivamente, para atividades vinculadas à organização de sua documentação. A partir de abril de 1996, a cooperativa passou a ter um setor físico, estruturado a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais. (RIBAS, 2001, p. 13).

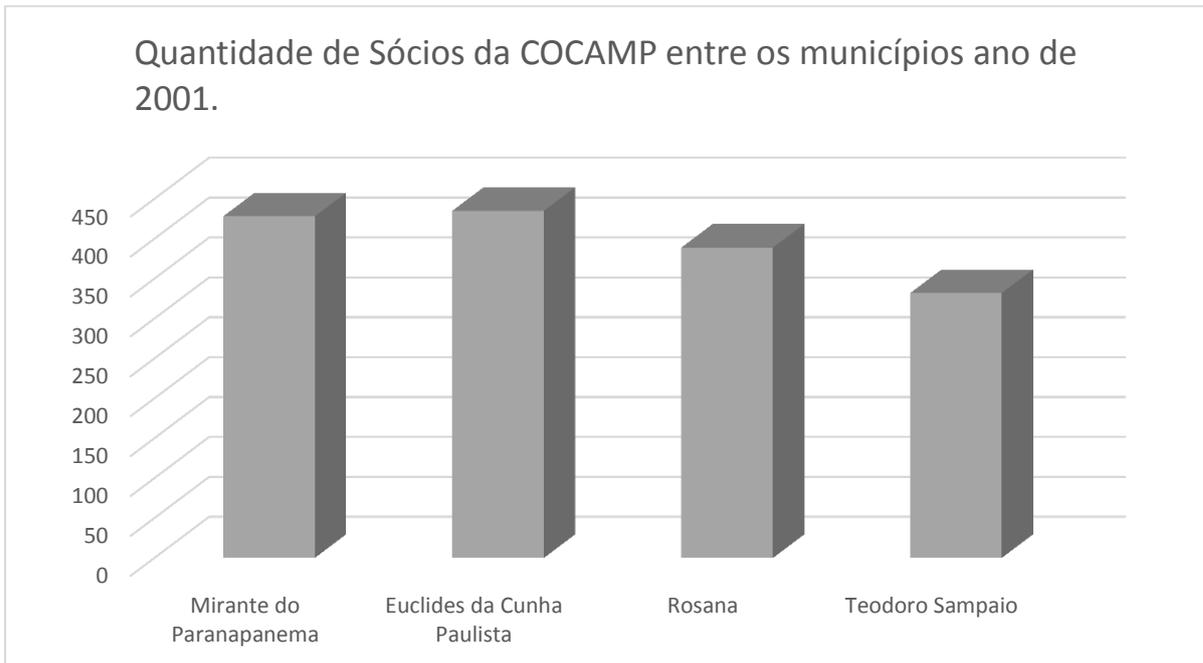
Esta cooperativa foi uma conquista do MST para atender os assentamentos do Pontal, onde a maior parte das famílias assentadas eram vinculadas. (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

De acordo com as percepções em que foi obtida ao longo do tempo o Movimento e as cooperativas são formas estruturais de resistência na luta contra o capital, entende-se estes espaços como formas organizativas para o enfrentamento na luta de classe, nas políticas de ocupações de terras, formação de assentamentos e garantia de subsistência dos produtores, as cooperativas são formas ativas dentro das organicidades dos assentamentos para garantia de comercialização dos seus produtos e age diretamente na luta de classe contra o sistema capitalista.

A cooperativa é formada com objetivos de oferecer assistência técnica aos assentados, garantir a compra e venda da produção dos assentamentos do Pontal e potencializar a luta pelo direito a terra na região.

A COCAMP iniciou suas tarefas com 291 sócios no ano de 1994, e posteriormente chegando a 2220 sócios no ano de 2001, divididos por 12 municípios do Pontal do Paranapanema, de todos os sócios da COCAMP 428 eram do município de Mirante do Paranapanema, e 435 eram de Euclides da Cunha Paulista, 389 de Rosana e 332 de Teodoro Sampaio, representando 72% do total dos sócios da cooperativa. Destes 72% Mirante representava 19%, Euclides 20%, Teodoro 15% e Rosana 18%, totalizando 1584 sócios, e os 28% restantes eram devidos nos 8 demais municípios. (RIBAS, 2001).

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE SÓCIOS DA COCAMP ENTRE OS MUNICÍPIOS ANO DE 2001



FONTE: Adaptada, RIBAS (2001).

Os dados acima, não corresponde as atividades nos dias atuais, pois a mesma se encontra com as atividades suspensas, devido a grandes quantidades de dividas que possui em seu nome, na qual foram causadas pela má gestão anteriores. As informações descritas foram compreendidas através de participações em reuniões com representantes do MST, diante disso, a COCAMP não está mais em seu funcionamento, pois passou por um processo de mudança de endereço, saindo do assentamento São Bento do município de Mirante do Paranapanema-SP, migrando para a zona urbana no município de Teodoro Sampaio-SP.

Vários motivos burocráticos e políticos levaram a cooperativa mudar de local, diante disso, não conseguindo pagar os empréstimos realizados com os bancos, fechando as portas. Entretanto, existe diálogos para que a cooperativa volte ao seu funcionamento atendendo os assentados da região do Pontal²⁴.

A cooperativa atendia vários projetos de Agropecuária e Agroindustriais nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, entre os agropecuários atendiam-se: Projeto de Mandioca, Abacaxi, Maracujá, Café, Micro Usina de Leite, Piscicultura e

²⁴ Essas informações citadas acima, parte de algumas reuniões na qual participei com os representantes do MST na região do Pontal, diante disso, consegui identificar esses pontos. Vale ressaltar que os espaços físicos e material da COCAMP, estão sendo cuidados para uma possível reabertura de suas atividades.

Irrigação. Já os projetos Agroindustriais eram: Silos e Armazéns, Despoldadora de Frutas, Projetos de Laticínios, Farinheira e da Fecularia e Empacotadeira de grãos. (RIBAS, 2001). Vale lembrar que esses dados foram analisados aproximadamente no ano de 2001, e como mencionado acima está cooperativa atualmente não está mais em funcionamento.

Para o MST a cooperativa é entendida como uma forma de luta contra o capital, tanto em suas atividades produtivas, quanto nas atividades de resistência e permanência das famílias assentadas e garantia de alimentos saudáveis. Entretanto, para os assentados a COCAMP era vista como uma maneira de potencializar os seus ganhos da sua produção individual. (RIBAS, 2001).

Após a formação dos assentamentos é indiscutível a implantação de escolas no assentamento, pois a mesma trás para aos assentados uma garantia de permanência no campo e possibilidades de trabalhar dentro do próprio assentamento de uma forma sustentável. Com isso não precisando deslocar as crianças para as cidades.

Diante disso, é imprescindível que as escolas trabalhem a realidade em que os sujeitos daquele espaço estão inseridos, desde modo, os princípios da Educação do Campo trás possibilidades para que se possa trabalhar com as estudantes formas de resistência e fortalecimento na luta pela terra e todo o meio em que está inserida. Ainda seguindo esse raciocínio dos princípios da Educação do Campo com uma forma de fortalecimento na luta pela terra, o seguinte capítulo nos trará mais elementos para uma melhor compreensão do mesmo.

4 EDUCAÇÃO DO CAMPO: RESISTÊNCIA E FORTALECIMENTO DA LUTA PELA TERRA.

O presente capítulo discute os princípios da Educação do Campo e as possíveis contribuições da educação na organização da luta pela terra e as perspectivas para as famílias camponesa nos assentamentos rurais.

4.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

A Educação do Campo é construída ao longo da sua história como uma forma de garantir aos povos do campo o acesso aos conhecimentos científicos, sem fugir da sua realidade. Entretanto, ela passou a ser algo muito maior no processo da luta pela terra, segundo Caldart (2012) ela passou a ser uma categoria de análise, na qual permite fazer as leituras do meio em que está inserida, e para além disso, ela surge nesse cenário como uma forma contra hegemônica do sistema capitalista, tanto na sua forma de produção quanto na sua forma de organização, resistência e fortalecimento da luta de classe.

Assim, parte de uma perspectiva emancipadora onde busca romper com a ideologia burguesa na educação básica, visando somente o mercado de trabalho, sem dialogar com a realidade dos sujeitos ali inseridos. Para esta discussão utilizaremos as reflexões de CALDART (2012), a qual defini o surgimento da expressão Educação do Campo,

Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, 2012, p. 259 - 260).

O diálogo da EdoC, começa a surgir com mais ênfase nos debates dos movimentos sociais, afim de contrapor o sistema educacional inserido no campo até aquele momento, e ao mesmo tempo dar uma consistência maior nos debates da luta pela terra, pautando a educação como algo essencial nas mobilizações pela terra, desde o início os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem-terra foram os/as protagonista na construção dessa nova concepção de educação,

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. (CALDART, 2012, p. 259).

A nova concepção de educação parte dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, não de forma individualizada, mas através do sujeito coletivo, isto é, os movimentos sociais, na qual faz-se necessário uma educação que contribui no processo da luta pela terra, na formação política emancipadora, em uma nova concepção de mundo, por uma sociedade justa e igualitária na qual possa atender os povos do campo, águas e florestas, e que parte da realidade dos sujeitos.

[...] Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259).

São esses e muitos outros conceitos que a Educação do Campo busca trabalhar, afim de romper com a realidade imposta pelo sistema capitalista, segundo Caldart (2012) ela é uma categoria de análise da realidade. Ela nos possibilita trabalhar as múltiplas dimensões da realidade, chegando a resultados que nos fortalece na luta de classe, buscando sempre uma concepção crítica, emancipadora e transformadora da realidade.

[...] E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012, p. 259).

Ela foi construída também como uma forma de contrapor o sistema de educação que estava imposta ao campo, na qual era denominada: educação rural (CALDART, 2012) há qual não contemplava os povos do campo, voltando o seu ensino para o sistema capitalista, a fim de formar mão de obra barato e um exército de reserva para o capital.

Nesse cenário que a EdoC é construída/forjada pelos (as) próprios (as) trabalhadores (as) do campo, onde visava uma concepção de educação emancipadora e não alienadora como a que estava imposto ao meio rural, onde sempre buscava promover uma evasão rural ou conhecido também como êxodo rural para o meio urbano impondo uma realidade não concreta de melhoria de vida.

Segundo Cerqueira e Francisco (não datado), os efeitos do êxodo rural nas áreas urbanas são enormes, nas cidades causando um aumento do desemprego, crescimentos de favelas, marginalização, crescimento do subemprego, e nas áreas rurais diminui a produção de alimentos, de matéria prima, da população no campo entre outras. Porém, esses e muitos outros problemas começaram a aumentar com o avanço da mecanização no campo brasileiro, com o avanço do agronegócio, e até então pelo sistema de educação imposto ao meio rural, na qual as famílias se viam “obrigadas” a irem para as cidades afim de procurar emprego para garantir a sua sobrevivência, entretanto se deparava com algo ainda pior como já mencionado acima.

Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana quanto rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial, pelas demandas de formação para o trabalho neste setor, bem como pelas linguagens e costumes a ele ligados. Sendo assim, a escola não incorpora questões relacionadas ao trabalho produtivo, seja porque, no caso, o trabalho agrícola é excluído de suas reocupações, seja porque sua natureza não é a de formar para um trabalho concreto, uma vez que a existência do desemprego não garante este ou aquele trabalho para quem estuda. (RIBEIRO, 2012, p. 296).

A Educação do Campo, vai para além das fronteiras da reforma agrária propriamente dita, ela abrange uma totalidade do território, buscando sempre compreender a realidade do sujeito, contrapondo o projeto educacional rural, que não via os sujeitos nas suas múltiplas dimensões, mas sim na sua particularidade considerando a meritocracia. Entretanto, a EdoC sempre busca na sua essência compreender os múltiplos conhecimentos dos povos do campo, seja eles qual for,

[...] Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando a educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político...(KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, apud, CALDART, 2012, p. 260).

Quando dialogamos sobre os conceitos da Educação do Campo, fica claro que a educação é para além do ato de um (a) professor (a), dentro de uma sala de aula passando para os (as) alunos (as), os conceitos das disciplinas específicas, sem levar em consideração a realidade dos sujeitos. Parte de uma perspectiva da realidade local, reafirmando a fala da Caldart (2012), onde a EdoC é uma categoria

de análise, neste caso, da realidade dos sujeitos. Segundo Kolling; Cerioli e Caldart (2002) citado por Caldart (2012, p. 260) a, “[...] educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social”.

Diante disso, que buscamos as diversas dimensões para abordamos a Educação do Campo, pois sabemos que a educação não parte somente dos conhecimentos do (a) professor (a), ela vem de uma complexidade enorme, na qual tem que ser levada em consideração todo o seu meio e os indivíduos inserido.

Tendo como exemplo a própria história de vida mencionada na introdução, na qual andava vários quilômetros por dia para poder ter acesso a escola, a EdoC também se coloca nesse sentido como fundamental, pois leva em consideração todos as dimensões do individuo para com a escola, com a comunidade, no âmbito familiar, enfim, em vários meios. Tanto a escola do campo como a Educação do Campo, são de extrema importância para os assentamentos da reforma agrária, na qual facilita o acesso ao mesmo, porém não se limita somente a esse território formando sujeitos críticos para atuar em todos as esferas da sociedade.

Para se chegar a este grau de compreensão sobre os conceitos da EdoC, e toda a sua complexidade nos processos de resistência, fortalecimento da luta pela terra e para educação como um todo, foi uma grande caminhada, somando-se experiências de outros processos da luta pela educação em nosso país,

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e território os que organizam esta luta por educação. Também não é por acaso que se entra no debate sobre política pública. (CALDART, 2012, p. 261).

Observamos que as lutas realizadas para se pensar uma educação transformadora para/com os povos do campo, foi e é de extrema dificuldade. Todavia, quando partimos para um debate mais aprofundado sobre a educação em

nosso país, não tem como não se deparar com a questão agrária e o modo de produção que está implantado em nosso meio, que é o agronegócio. Modo este, que segundo Caldart (2012, p. 261) esse meio de produção do capitalismo vem “[...] promovendo uma marginalização ainda maior da agricultura camponesa e da Reforma Agrária, ou seja, das questões e dos sujeitos originários do movimento por uma Educação do Campo.”

Na atual conjuntura política de nosso país, na qual o debate do projeto de Lei nº 867/2015 chamada de “Escola Sem Partido”, e batizada por “Lei da Mordaça” está a todo vapor acaba impondo uma realidade nas escolas que não condiz com a atual conjuntura da sociedade, aonde a escola sem partido não deixa qualquer possibilidade dos (as) professores (as) trabalhar questões de gênero, política, classe social, familiares, religiosas, enfim, qualquer assunto que não seja os conteúdos disciplinares das diretrizes curriculares da educação básica, aonde acaba fragilizando o conhecimento dos estudantes não possibilitando que os mesmo possam ter uma leitura crítica do mundo, tornando-se sujeitos alienados, e ao mesmo tempo colocando em cheque a metodologia e os princípios da EdoC nas escolas.

A educação está ligada diretamente a questão agrária em nosso país, pois não conseguimos desvincular uma da outra, ainda mais quem mora nos espaços rurais. Quando pensamos em educação logo vem em nossa cabeça algo relacionado aos conceitos e conteúdo das disciplinas específicas como, português, física, química, matemática e assim por diante, entretanto, a educação para nós camponeses é algo ainda maior, ela tem que relacionar com a realidade da comunidade, tem que discutir os problemas, limites, desafios, propor avanços, enfim, ela tem que dialogar com a realidade inserida, porque se não ela perde o sentido de ser, promovendo uma marginalização dos mesmo, pois não se compreende a realidade inserida.

E como uma ferramenta para garantir uma luta direta contra a marginalização dos povos do campo, contra o fechamento de escolas, e por aberturas de escolas localizadas no campo, foi-se criado no ano de 2010 o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), afim de,

[...] retomar a atuação articulada de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais e outras instituições, com destaque agora para uma participação mais ampliada de universidades e institutos federais de

educação. E [...] toma posição contra o fechamento e pela construção de novas escolas no campo, assumindo o compromisso coletivo de contraponto ao agronegócio e de combate à criminalização dos movimentos sociais. (Fórum Nacional de Educação Do Campo, 2010, p. 3 apud CALDART, 2012, p. 262).

Assim como fundado o FONEC em 2010, para contrapor a marginalização dos povos do campo e da Educação do Campo, na atual conjuntura se faz necessário a criação/construção de nova forma de resistência por toda a educação brasileira, pois vejo que não será somente os (as) professores (as) das escolas do campo que serão prejudicados (as), mais toda a classe e para além dos (as) educadores (as) os estudantes serão os que mais sentiram na “pele” os reflexos da PL 867/2015, e conseqüentemente toda a sociedade brasileira, pois como dizia Paulo Freire “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Nesse sentido, sofreremos amargamente os reflexos dessa lei para os próximos anos caso ela seja aprovada.

Todavia, não conseguimos falar em EdoC sem ver as contradições que as envolvem, contradições estas que estão vinculadas diretamente a questão agrária, a desigualdade social, a marginalização dos povos do campo, dos movimentos sociais, os projetos de campo, a matriz tecnológica, a organização do trabalho no campo e na cidade, e muitas outras que rodeiam o campo da educação, e da sociedade. (CALDART, 2012). Desde modo, para que possamos compreender melhor sobre lutas travadas por uma educação voltada para a classe camponesa, podemos nomear segundo Caldart (2012), da seguinte forma,

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido. • Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Faz isso sem deixar de ser luta pelo acesso à educação em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que o impedem. (CALDART, 2012, p. 263).

A Educação do Campo, torna-se uma ferramenta direta na luta pela terra, por direito a educação básica de qualidade nos assentamentos rurais, nas comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, enfim dos povos do campo, água e florestas. Partindo deles para eles, sem fugir da sua realidade, e, que possa

contemplar suas culturas, seus modos de vida, produções agrícolas, enfim, tudo que rodeia suas comunidades e suas particularidades, uma educação que,

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela. Defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de modo de vida. (CALDART, 2012, p. 263 - 264).

Parte diretamente da materialidade e da realidade dos sujeitos, influenciando no seu modo de vida, produção agrícola, na resistência e permanência dos povos no campo, processos de luta pela terra, emancipação humana e ideológica, e muitos outros fatores que impacta diretamente a vida das famílias na sua plenitude, na qual envolve toda uma concepção de campo, sociedade e humanidade.

Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas. (CALDART, 2012, p. 264)

Pode-se dizer que em um assentamento da reforma agrária que tenha organicidade, centros comunitários, escolas do campo com Projeto Político Pedagógico (PPP) voltado para a realidade dos sujeitos, tem a possibilidade de ser um assentamento com uma melhor qualidade de vida, com políticas públicas, postos de saúde, cooperativas, associações, enfim, para isso ocorrer a escola se posiciona nesse processo de uma maneira fundamental, garantindo uma dinâmica vital para a comunidade.

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva

emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro. (CALDART, 2012, p. 264).

A EdoC, não é apenas uma forma de educação que luta contra um sistema imposto que cerca nossas escolas no campo. Ela vai além. Na luta contra o capitalismo, a educação é uma das maiores e melhores armas que podemos ter, ela busca romper com as ideologias burguesas, batendo diretamente no sistema imposto pelo capital, essas lutas que travamos é para além de uma luta teórica, é também uma luta de práxis, nesse sentido os princípios da EdoC dialoga com todos os processos de luta que travamos diariamente para combater o sistema capitalista, e nada tem mais poder de mudar a realidade do que a educação.

Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde a sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhes importa, e é mais ampla do que a pedagogia. A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta. A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que não deve ser o Estado o educador do povo). Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva. (CALDART, 2012, p. 264).

As características da Educação do Campo, busca em sua essência confrontar com a realidade imposta pelo agronegócio, realidade esta, que acaba impedindo os trabalhadores e trabalhadoras do campo ter acesso pleno a educação básica nas suas comunidades, facilitando a aprendizagem das crianças, onde sempre busca trabalhar com a realidade dos sujeitos. Ela vem rompendo com a lógica do capitalismo, pensando vínculos a,

[...] partir de uma realidade específica: a relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de Reforma Agrária, na luta pela desconcentração das terras e contra o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde. Vida humana misturada com terra, com soberana produção de alimentos saudáveis, com relações de respeito à natureza, de não exploração entre gerações, entre homens e mulheres, entre etnias. Ciência, tecnologia, cultura, arte potencializadas como ferramentas de superação da alienação

do trabalho e na perspectiva de um desenvolvimento humano omnilateral. (CALDART, 2012, p. 265).

Essas e muitas outras perspectivas que a EdoC vem trabalhando com os seus sujeitos, sujeitos estes, camponeses, indígena, quilombola, ribeirinhos, ilhéus, povos do campo, da água a das florestas. Afim de formar sujeitos com uma ideologia emancipadora, com pensamentos críticos e que possam interferir positivamente em suas realidades, no intuito de fortalecer o processo da luta pela terra e todas as suas formas de resistência e permanência no campo, sem negar a sua identidade e todas as contradições que nos rodeiam, partindo da materialidade e não do idealismo.

As escolas do/no campo, precisam em sua essência buscar a construção do Projeto Político Pedagógico(PPP) que contemple a concepção da Educação do Campo, que busca a essência da educação transformadora, com os movimentos sociais que almejam uma sociedade mais justa igualitária, os sindicato dos trabalhadores que lutam por melhorias no mercado de trabalho, os camponeses que lutam por uma produção agrícola sustentável, por uma produção agroecológica, por um pedaço de terra, entre outras formas que são as engrenagens que move esta grande locomotiva a fim de romper com as lógicas do sistema capitalista, e promover uma sociedade comum a todos e todas, sem que haja uma classe social maior que a outra, mais sim, uma plenitude de direitos e deveres para todos.

E para que esta locomotiva nunca pare de andar, a EdoC é fundamental, garantindo que “Acontecem hoje no âmbito da Educação do Campo experimentos pedagógicos importantes na direção de uma escola mais próxima dos desafios de construção da sociedade dos trabalhadores.” (CALRDART, 2012, p. 265). Já bem mencionados no trabalho, as escolas de formação dos movimentos sociais são exemplos concretos como a: Escola Latino Americana De Agroecologia (ELAA) localizada no assentamento Contestado no município da Lapa-PR, escolas do campo com perspectivas de futuros em suas organicidades, como o Colégio Estadual Do Campo Iraci Salete Strozak, localizada no assentamento Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguaçu-PR, e entre outras que buscam uma emancipação humana, política e ideológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma particularidade da história da luta pela terra em nosso país diante da totalidade dos conflitos agrário. O recorte escolhido foi a região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, com enfoque na história e organicidade do assentamento King Meat, e como o MST é protagonista nesse processo de reivindicações de terras, a fim de promover a reforma agrária popular. Para dialogar com todos esses processos de luta pela terra, apresenta-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual o mesmo se colocou nesse cenário de luta por direitos e acesso a terra como fundamental e imprescindível. Todavia, espera-se também que para além de uma reforma agrária popular, consegue-se uma emancipação política e humana.

A luta pela terra é uma disputa diária, travada contra os latifúndio, contra o próprio sistema governamental, contra o sistema capitalista, nesse processo as ocupações de terras é uma das ferramentas usadas para encarar essa batalha, na qual muitas das vezes são conflituosas, gerando inúmeros assassinatos no campo, manchando os territórios com o sangue dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra como já mencionados nos capítulos deste trabalho. Nesse sentido, nós do MST desde o início da sua criação, entramos como protagonista nas ocupação de terra em nosso país, construindo diversos acampamentos por todo território nacional e consolidando inúmeros assentamentos rurais no campo brasileiro.

Com os assentamentos formados, vários impactos socioterritoriais são construídos, como cooperativas, associações, coletivos de trabalhos, centros comunitários, escolas, postos de saúde, entre outras organizações, com perspectivas de futuros para as famílias assentadas, garantindo assim uma boa qualidade de vida, alimentos saudáveis, esporte e lazer, tornando os assentamentos um elo direto contra o sistema capitalista e o seu modo de produção e sua ideologia burguesa, uma experiência contra hegemônica.

Porém, para que os impactos socioterritoriais sejam construídos nos assentamentos e nos acampamentos, é preciso muita luta, mobilização, organização, esforço de todos os envolvidos neste processo e para que isso possa ocorrer, os assentamentos e os acampamentos têm que contar com setores

consistentes e organizados como forma de resistência, mostrando sua capacidade a organizativa e sua força de transformação.

Diante destes aspectos analisados no trabalho, podemos ter como ponto de partida para uma reforma agrária popular e para um desenvolvimento com perspectivas para os assentados, a Educação do Campo. A dialoga com a realidade, podendo fazer leitura crítica dos processos organizativos na luta pela terra, e toda a questão agrária do nosso país.

Nesse sentido compreendemos os princípios da Educação do Campo, como caminhos possíveis que podemos percorrer para se alcançar a nossa utopia, para fazer análises críticas da realidade, identificar limites e desafios e assim propor avanços e melhorias, chegando a resultados concretos na luta contra hegemônica. Portanto, a Edoc é uma ferramenta essencial, na qual com os movimentos sociais são fundamentais para conquistar o que se almeja, se colocando como basilar na luta pela terra, na luta de classe e na formação política, humana e emancipadora.

Com isso podemos concluir que, a educação não pode ser desvinculada com a realidade, que a Educação do Campo é imprescindível na luta pela terra e na formação política e emancipadora da classe trabalhadora, pois a mesma contribui de forma direta em toda organicidade de um assentamento, de uma acampamento e de toda a comunidade, e como defende Paulo Freire “a educação não é neutra”. Se colocando nesse cenário juntamente com os movimentos sociais organizados na luta por uma igualdade social, com o intuito de fortalecer a luta pelos direitos, reconhecer os povos do campo, das águas e das florestas e contribuir para a formação de acampamentos e de assentamentos da reforma agrária

Desse modo, podemos dizer que a educação, a questão agrária e todo o sistema da sociedade não andam separadas, mais sim em relação, pois precisamos discutir todas essas questões em nossas escolas, para que mais tarde possamos construir uma sociedade transformadora em todos os aspectos da vida, com mais responsabilidade ambiental, sociais e humana, culminando em um sistema de sociedade comum e igualitário a todos e todas.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Caroline.; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante: In: CALDART, R. S et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 333.

CALDART. Roseli. S. Educação do Campo: In: CALDART, R. S et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 259.

CERQUEIRA, W.; FRANCISCO. **MUNDO EDUCAÇÃO**. (não datado), Disponível em:< <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/efeitos-exodo-rural.htm>>. Acessado em 23 Nov. 2018.

BARONE. L. A.; MELAZZO. E. S.; SILVA. A. A. **Célula do Pontal do Paranapanema-SP: Acompanhamento e Informação para o desenvolvimento rural**. Presidente Prudente -SP, 2011.

GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. **Relatório DATALUTA Brasil**.

GIRARDI. E. P.; VINHA, J. F. S. C. Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2014. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESPDATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Pontal do Paranapanema 2013**.

EDUARDO. P. GIRARDI. **A Violência no Campo**. [2006]. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>>. Acessado em: 28 set. 2018, não paginado.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)**, 2001.

FERNANDES, B. M. Acampamento: In: CALDART, R. S et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 23.

FERNANDES, B. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): In: CALDART, R. S et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 498.

FILHO, J. S. **A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade**. 2012.

GIOVANAZ, D. **Dois anos após massacre de Quedas do Iguaçu, no Paraná, nenhum PM foi punido: Agricultores mortos em 7 de abril de 2016 serão homenageados pelo MST no local dos assassinatos**. 2018. Disponível em:<

<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/08/dois-anos-apos-massacre-de-quedas-do-iguacu-no-parana-nenhum-pm-foi-punido/> >. Acessado em: 02 Out. 2018.

HAMMEL, A. C.; GUERRERO, P.; VON ONÇAY, S. T. (org). **Escola no caminho da práxis: arte, educação e humanização**. Tubarão, SC: Ed. Copiart; Laranjeira do Sul, PR: UFFS, 2016. 239 p.

IBGE, 2018. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/downloads-estatisticas.html>>. Acessado em: 09 Out. 2018, não paginado.

IBGE, 2018. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=3530201>>. Acessado em: 09 Out. 2018, não paginado.

ITESP, 2018. Disponível em:<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/quemsomos.aspx>>. Acessado em: 10 Set. 2018, não paginado.

LEITE, S. P. Assentamento Rural: In: CALDART, R. S et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 110.

MST. 2018, disponível em:<<http://www.mst.org.br/#>>. Acessado em: 10 Set. 2018, não paginado.

MANSUR, V. **Assassinatos no campo subiram 105% desde 2013, aponta CPT: Mais um ativista foi assassinado enquanto a Comissão Pastoral da Terra se preparava para divulgar o relatório**. 2018. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/16/assassinatos-no-campo-subiram-105-desde-2003-aponta-cpt/>>. Acessado em: 03 Out. 2018.

MORISSAWA, M. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA; MÁRCIA. Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/ Vício de Leitura, 1998.

PREFEITURA DE INTANHANGÁ, 2018. Disponível em:<<http://www.itanhanga.mt.gov.br/pagina.asp?cod=1>>. Acessado em: 10 Set. 2018, não paginado.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. Não datado. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. acessado em: 29 Set. 2018.

RAMALHO, C. B. **Quem são os Sem-Terra?** Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil. Não datado.

REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS DO XIX. **A lei de terras e os registros paroquiais**. Disponível em:< <http://docvirt.com/aperj/intro.htm>>. Acessado em: 09 Out. 2018, não paginado.

RIBERIO, M. Educação Rural: In: CALDART, R. S et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 295.

RIBAS, A. D. **A dinâmica societal e a expressão territorial da cocamp no pontal do Paranapanema**, 2001.

TONIOLLI, L. P.; LIMA. D. F. S. **Delimitação do assentamento King Meat, Mirante do Paranapanema – SP**. Mirante do Paranapanema – SP, 2018. (Não Publicado).